



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**A dimensão técnico-operativa no exercício profissional do Assistente Social da
Casa Abrigo de mulheres em Foz do Iguaçu**

LARISSA FERNANDA BACH ALVES

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**A dimensão técnico operativa no exercício profissional do Assistente Social da
Casa Abrigo de mulheres em Foz do Iguaçu**

LARISSA FERNANDA BACH ALVES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Juliana Domingues

Foz do Iguaçu
2025

LARISSA FERNANDA BACH ALVES

**A DIMENSÃO TÉCNICO OPERATIVA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL DA CASA ABRIGO
DE MULHERES EM FOZ DO IGUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra Juliana Domingues
UNILA

Prof. Dra Ana Paula Oliveira Silva de Fernandez
UNILA

Prof. Dra Maria Geusina da Silva
UNILA

Foz do Iguaçu, 13 de Março de 2025

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, deixo aqui registrado meu eterno agradecimento à minha mãe, dona Rosimeire Neotti Bach, por sua dedicação e esforço em manter-me motivada. Suas capacidades e resistência foram fonte de inspiração e me impulsionaram a concretizar o sonho da minha formação. Cada passo dessa jornada só foi possível graças à sua presença constante, garantindo que eu jamais desistisse. A forma como você me vê e acredita em mim é a bússola que orienta minha caminhada. Por seu apoio, iniciei esta jornada e, com ele, cheguei até aqui.

Matheus Henrique Bach Alves, meu querido irmão, não posso deixar de expressar minha profunda gratidão por sua doçura e cuidado constantes. Em todos os momentos em que me vi imersa nos trabalhos, negligenciando a reciprocidade, você esteve presente, lembrando-me da importância de respirar, de valorizar os momentos de pausa e de reconhecer que cada esforço, por mais árduo que seja, vale a pena.

Sua presença diária, seu apoio incondicional e sua crença em mim são a força motriz que me impulsiona a seguir em frente. Sua sensibilidade e compreensão transformam os momentos de tensão em leveza, e sua doçura me recorda que, mesmo nos dias mais desafiadores, a vida é feita de momentos de alegria e conexão.

Agradeço aos familiares que se fizeram presente mesmo com tanta distância, em especial, agradeço aos meus avós, Rosa Maria da Silva Alves e José Maria Alves, por serem um porto seguro e fonte constante de afeto. Agradeço à Mariana da Silva Alves, por acreditar em mim e por cada "tijolinho" que adicionou à minha construção pessoal, além dos momentos de escuta, acolhimento e conselhos. Agradeço ao Nelson Maximiliano da Silva Alves, por demonstrar cuidado e afeto paterno, mesmo com a pouca comunicação. E, por fim, agradeço ao meu pai, Fernando da Silva Alves, por acreditar em minhas capacidades e por todo o apoio que me concedeu.

Não posso deixar de expor minha gratidão à minha família do coração, aos amigos que esta jornada me presenteou e que, em inúmeras ocasiões, me impediram de desistir. Aos amigos formados fora dos muros da instituição, Paula, Letícia, Manuella, Amanda e Ewerton, e ao meu eterno grupo da faculdade, Eduarda, Samira, Wictor, Geovani, Joyce e Thiely, meu profundo agradecimento por cada momento de distração, cada palavra de incentivo e por caminharem ao meu lado nos dias mais difíceis. Vocês

são luz em minha vida e em cada conquista levo um pouco de cada um. O insuportável se torna suportável a cada vez que olho para o lado e me lembro que não estou sozinha. Acrescento, com imensa gratidão, o meu querido João Lucas, por sua paciência, cuidado, afeto e confiança. Sendo por vezes a minha melhor distração, proporcionando-me ótimos incentivos para não desistir de mim e dos objetivos traçados.

Expresso também meu sincero agradecimento à minha orientadora, Prof. Juliana Domingues, pela valiosa troca de conhecimento e, sobretudo, por acreditar no meu potencial e persistir em me apoiar. Sua confiança e incentivo foram transformadores em minha trajetória acadêmica. Estendo meus agradecimentos à Prof. Maria Geusina da Silva, cuja participação na banca avaliadora e contribuição ao estudo foram significativas. Suas palavras de incentivo ao meu tema e à minha escrita foram um grande estímulo para o início desta jornada.

Cara Sérgi Gondaski da Silva, este espaço é pequeno para expressar a imensa gratidão que sinto por você. Sua amizade e parceria foram presentes inestimáveis ao longo desta jornada. Suas palavras e ações me mostraram que a esperança no futuro do Serviço Social não é vã. Existem, sim, profissionais qualificados, dedicados e dispostos a fazer a diferença, e você é um exemplo brilhante disso. Este trabalho, que agora se concretiza, não seria possível sem nossas manhãs de supervisões e reflexões. A cada encontro, você me presenteava com conhecimento, sabedoria e, acima de tudo, com a confiança de que eu era capaz de realizar meus objetivos. Seus ensinamentos e sua crença em mim foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

E por fim, agradeço a mim mesma, por apesar das dificuldades manter-me fiel aos meus objetivos e nunca desistir. É um prazer poder compartilhar a vida com todos vocês!

RESUMO

A assistente social, em suas intervenções profissionais, utiliza uma variedade de instrumentos e técnicas para desenvolver suas atividades laborais, ao fazer isto ele faz uso de três dimensões, sendo elas a teórico-metodológica; ético-política; e a técnico-operativa. Essas dimensões compõem o exercício profissional e se relacionam entre si, promovendo materialidade ao desenvolvimento de suas condutas. A instrumentalidade e suas dimensões, ganham relevância neste estudo devido à experiência de estágio na Casa Abrigo de Mulheres de Foz do Iguaçu/PR e à influência do Projeto de Intervenção desenvolvido em parceria com a instituição. Desta forma, este trabalho tem como objetivo geral caracterizar e refletir sobre a dimensão técnico-operativa do serviço social no exercício profissional da Casa Abrigo de Mulheres, se desdobrando nos seguintes específicos: apresentar os fundamentos do Serviço Social no contexto mundial e brasileiro; revisitar a discussão sobre a instrumentalidade no Serviço Social, com ênfase no instrumental técnico operativo; e caracterizar o exercício profissional da Assistente Social na Casa Abrigo para Mulheres de Foz do Iguaçu/PR e refletir sobre o instrumental técnico operativo utilizado pela profissional. Para alcançar os objetivos deste trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória-descritiva, é aplicada a pesquisa bibliográfica como ferramenta central de investigação. A pesquisa mostra que o instrumental técnico operativo na Casa Abrigo de Mulheres nos permite refletir como há uma diversidade de instrumentos e técnicas desenvolvidos e aprimorados que garantem uma intervenção qualificada e eficiente, assim como um só instrumento se bem manejado é capaz de alcançar mais de um objetivo. Além disso, destaca a importância da intervenção realizada pela assistente social dentro da instituição e como suas atividades têm por objetivo impactar de forma positiva no trato das expressões da questão social, buscando garantir autonomia e emancipação às usuárias. A dimensão técnico-operativa no exercício profissional da casa abrigo passa por condições subjetivas de precarização do trabalho, acarretando em instrumentos adequados para o alcance dos objetivos, mas que não garantem ao assistente social realizar uma intervenção satisfatória.

Palavras-chave: Instrumentalidade; Serviço Social; Exercício Profissional; Casa Abrigo.

RESUMEN

En sus intervenciones profesionales, el trabajador social utiliza diversos instrumentos y técnicas para llevar a cabo su actividad laboral, para lo cual se vale de tres dimensiones: teórico-metodológica; ético-política; y técnico-operativa. Estas dimensiones conforman la práctica profesional y se relacionan entre sí, dando materialidad al desarrollo de su comportamiento. La instrumentalidad y sus dimensiones adquieren relevancia en este estudio debido a la experiencia de pasantía en la Casa de Acogida de Mujeres de Foz do Iguaçu/PR y a la influencia del Proyecto de Intervención desarrollado en colaboración con la institución. El objetivo general de este trabajo es, por lo tanto, caracterizar y reflexionar sobre la dimensión técnico-operativa del trabajo social en la práctica profesional de la Casa de Acogida de la Mujer, y se plantean los siguientes objetivos específicos: presentar los fundamentos del Trabajo Social en el contexto mundial y brasileño; retomar la discusión sobre la instrumentalidad en el Trabajo Social, con énfasis en los instrumentos técnico-operativos; y caracterizar la práctica profesional de la Asistente Social en la Casa de Acogida de la Mujer en Foz do Iguaçu/PR y reflexionar sobre los instrumentos técnico-operativos utilizados por la profesional. Para alcanzar los objetivos de este trabajo, se realizó un estudio cualitativo, exploratorio-descriptivo, utilizando la investigación bibliográfica como herramienta central de investigación. La investigación muestra que las herramientas técnicas operativas utilizadas en la Casa de la Mujer permiten reflexionar sobre la diversidad de instrumentos y técnicas que se han desarrollado y perfeccionado para garantizar una intervención cualificada y eficaz, así como el hecho de que un mismo instrumento, si se maneja bien, es capaz de alcanzar más de un objetivo. Destaca también la importancia de la intervención realizada por el trabajador social dentro de la institución y cómo sus actividades pretenden incidir positivamente en el tratamiento de las expresiones de la cuestión social, buscando garantizar la autonomía y la emancipación de los usuarios. La dimensión técnico-operativa de la práctica profesional en el albergue está sujeta a condiciones precarias de trabajo, lo que resulta en herramientas adecuadas para alcanzar los objetivos, pero que no garantizan que el trabajador social pueda llevar a cabo una intervención satisfactoria.

Palabras clave: Instrumentalidad; Trabajo Social; Práctica Profesional; Refugio

ABSTRACT

In his professional interventions, the social worker uses a variety of instruments and techniques to carry out his work activities. In doing so, he makes use of three dimensions: the theoretical-methodological, the ethical-political and the technical-operative. These dimensions make up professional practice and relate to each other, giving materiality to the development of their conduct. Instrumentality and its dimensions gain relevance in this study due to the internship experience at the Women's Shelter in Foz do Iguaçu/PR and the influence of the Intervention Project developed in partnership with the institution. The general aim of this work is to characterize and reflect on the technical-operational dimension of social work in the professional practice of the Women's Shelter, and the specific aims are as follows: to present the foundations of Social Work in the global and Brazilian contexts; to revisit the discussion on instrumentality in Social Work, with an emphasis on technical operative instruments; and to characterize the professional practice of the Social Worker at the Women's Shelter in Foz do Iguaçu/PR and reflect on the technical operative instruments used by the professional. In order to achieve the objectives of this work, a qualitative, exploratory-descriptive study was carried out, using bibliographical research as the main tool of investigation. The research shows that the technical operative tools used in the Women's Shelter allow us to reflect on the diversity of instruments and techniques that have been developed and refined to guarantee a qualified and efficient intervention, as well as the fact that a single instrument, if handled well, is capable of achieving more than one objective. It also highlights the importance of the intervention carried out by the social worker within the institution and how their activities aim to have a positive impact on dealing with the expressions of the social question, seeking to guarantee autonomy and emancipation for the users. The technical-operational dimension of professional practice at the shelter is subject to precarious working conditions, resulting in adequate tools to achieve the objectives, but which do not guarantee that the social worker can carry out a satisfactory intervention..

Key words: Instrumentality; Social Work; Professional Practice; Shelter

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Serviço Social - o percurso histórico da caridade aos fundamentos contemporâneos.....	17
A instrumentalidade no Serviço Social.....	32
O exercício profissional e o instrumental técnico-operativo no cotidiano da Casa Abrigo: reflexões.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXOS.....	69

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a instrumentalidade do exercício profissional, exige do pesquisador o resgate histórico da profissão na sociedade. Quando falamos de instrumentalidade estamos falando da capacidade teleológica do ser social que foi absorvida, transformada e apropriada pela profissão. A capacidade instrumental, inerente ao trabalho social, é desenvolvida e adaptada pelos profissionais. Através do trabalho, o ser humano satisfaz suas necessidades, modifica o mundo e a si próprio (Guerra, 2007).

De acordo com Guerra (2007), a relação entre homem e natureza expressa no trabalho, e a práxis, como conjunto de ações humanas, demonstram a teleologia humana manifestada em instrumentalidade. Essa capacidade permite ao homem transformar o mundo, adaptando-o às suas necessidades e objetivos. Essa instrumentalidade que nos permite controlar a natureza se transfere para as relações sociais, dando espaço para o que Guerra (2007) denomina como instrumentalização de pessoas.

Ao transformar os indivíduos em instrumentos para os objetivos de outros, como ocorre na compra e venda da força de trabalho, o sistema faz o mesmo com as instituições e as práticas sociais, impondo a eles a finalidade de servir ao capital e garantir sua reprodução. O serviço social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, garante sua utilidade social a partir da capacidade de responder às necessidades de ambas as classes sociais durante o manejo das políticas sociais.

Ao planejar, executar, operacionalizar, implementar ou avaliar as políticas sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, o/a assistente social está contribuindo para a garantia de acesso aos direitos da população mas também contribui com a reprodução do capitalismo. Ao passo que busca a superação das expressões da questão social, o profissional também é atingido por elas, pensando principalmente no/ na assistente social enquanto profissional assalariado e componente de uma instituição, seja ela estatal ou privada.

A instrumentalidade do serviço social é composta por três dimensões que compõem o exercício profissional do/da assistente social, nomeadas como teórico-metodológica; ético-política; e técnico-operativa. As dimensões se materializam a partir do uso de instrumentos e técnicas, como meios ou caminhos para que se alcance os objetivos propostos pelo profissional ou pela instituição da qual ele pertence.

Cabe salientar que o presente estudo surge do interesse pessoal da pesquisadora, originado de seu contato com o campo de atuação do/da assistente social durante suas atividades de estágio, ao se deparar com profissionais qualificados e dispostos a intervir de forma efetiva no fenômeno da violência contra mulher dentro dos limites de atuação que a Casa Abrigo de Mulheres impõe.

As atividades de estágio, mediadas por supervisões que combinavam reflexões e trocas teórico-práticas entre a assistente social supervisora e a estagiária, foram o ponto de partida para a pesquisa. As discussões sobre as intervenções e os desafios enfrentados na instituição motivaram o desenvolvimento deste trabalho.

O ponto inicial desse interesse veio da atividade desenvolvida a partir de uma avaliação da matéria de estágio obrigatório, orquestrado junto a equipe profissional da Casa Abrigo sob supervisão de campo e acadêmica, um projeto de intervenção, denominado como: *A dimensão técnico-operativo em debate: uma intervenção no instrumental do assistente social*. A partir do projeto que possui como objetivo geral "Reformular o prontuário das abrigadas atendidas na Casa Abrigo de Foz do Iguaçu" (Alves, 2023 p.10), despertou-se a curiosidade sobre a instrumentalidade do exercício profissional e suas dimensões.

A reflexão em torno da instrumentalidade torna-se relevante à medida em que o/a assistente social possui sua atuação apoiada na capacidade de impactar diretamente a qualidade de vida da população. É através da instrumentalidade que o/a assistente social atua na defesa e na busca pela garantia dos direitos sociais. A habilidade que o/a assistente social possui de realizar uma análise crítica da realidade, alia-se ao manejo de instrumentos e técnicas, permitindo ao profissional intervir na desigualdade social.

Incitar tal discussão sobre a instrumentalidade e o exercício profissional do/da assistente social é de extrema importância e relevância social, pois impacta diretamente nos movimentos em busca da garantia de direitos; em nosso compromisso com a qualidade dos serviços socioassistenciais; no fortalecimento da cidadania; assim como no enfrentamento e na busca pela superação das desigualdades sociais. Garante-se também que haja a devida visibilidade e reconhecimento à profissão, contribuindo para a valorização do Serviço Social como profissão e demonstrando os impactos causados pela intervenção profissional.

Neste contexto, surgem as questões que orientam a pesquisa: "Como se caracteriza a dimensão técnico operativa do Serviço Social na Casa Abrigo? Os

instrumentos e técnicas utilizados pelo Serviço Social estão adequados/satisfatórios no cotidiano profissional do Serviço Social?”, buscando uma contribuição para a reflexão crítica do tema, visando uma contribuição para a análise interna da profissão no ajuste das condições que envolvem este problema.

Para responder às questões de pesquisa, elencou-se como objetivo geral deste estudo: “Caracterizar e refletir sobre a dimensão técnico operativa do Serviço Social no exercício profissional da Casa Abrigo para mulheres em Foz do Iguaçu/PR.”; se desdobrando em mais três objetivos específicos norteadores: a) Apresentar os fundamentos do Serviço Social no contexto mundial e brasileiro; b) Revisitar a discussão sobre a instrumentalidade no Serviço Social, com ênfase no instrumental técnico operativo; e c) Caracterizar o exercício profissional do Assistente Social na Casa Abrigo para Mulheres de Foz do Iguaçu/PR e refletir sobre o instrumental técnico operativo utilizado pelo profissional.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, buscando aprofundar a compreensão da instrumentalidade no exercício profissional do/da assistente social na Casa Abrigo para Mulheres em situação de violência e risco de morte. Essa abordagem permite uma análise mais detalhada das complexas dinâmicas que envolvem o acolhimento, a proteção e o empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade.

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de explorar as nuances e os significados atribuídos pelos assistentes sociais às suas práticas e aos instrumentos utilizados no cotidiano da Casa Abrigo. Diferentemente de uma abordagem quantitativa, que se concentra na mensuração de dados, a pesquisa qualitativa busca compreender a complexidade das relações sociais e as particularidades do trabalho do/da assistente social nesse contexto específico (Silveira; Córdova, 2009)

A coleta de dados será realizada por meio de revisões bibliográficas e documentais, explorando materiais que abordam a instrumentalidade no serviço social, bem como documentos específicos da categoria profissional. Além disso, foi realizada a partir da vivência pessoal da autora em contato com a assistente social da Casa Abrigo, buscando compreender suas experiências, desafios e percepções sobre o uso de instrumentos e técnicas no exercício profissional.

Em suma, esta pesquisa busca ir além da mera descrição da instrumentalidade no serviço social, buscando compreender como os assistentes sociais utilizam seus instrumentos e técnicas para promover a transformação social e garantir os

direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade.

A organização do documento está disposta em três capítulos, iniciando a partir do resgate histórico dos principais eventos que antecedem e os que procedem o surgimento do serviço social enquanto profissão, apresentando um panorama mundial partindo da revolução industrial até a chegada ao Brasil. O capítulo apresenta as diversas particularidades que marcaram a emergência do serviço social brasileiro, explorando também a maneira com que a profissão se organiza e se configura atualmente em relação aos interesses do Estado sob o regime neoliberal e ultraneoliberal brasileiro.

O segundo capítulo consiste no resgate da categoria instrumentalidade, apresentando-se a sua configuração a partir de uma perspectiva de totalidade, facilitando o debate e a interpretação acerca da instrumentalidade no exercício profissional do/da assistente social. Ainda neste capítulo, se esclareceu um pouco sobre as dimensões inerentes ao exercício profissional, sendo elas a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Por fim, o segundo capítulo trouxe como objetivo aprofundar sobre o modo com que estas dimensões se concretizam no cotidiano de trabalho do/da assistente social, por meio de instrumentos e técnicas manuseadas pelos profissionais.

O terceiro e último capítulo dedica-se à caracterização do exercício profissional do/da assistente social na Casa Abrigo de Mulheres em Foz do Iguaçu. Para tanto, detalha os instrumentos e técnicas empregados na prática cotidiana. Além disso, a análise aborda a necessidade de constante atualização dos instrumentais, visando superar o tecnicismo e promover uma prática reflexiva. Exploramos, ainda, o papel do/da assistente social como agente de transformação, que busca fortalecer os usuários na luta por seus direitos, em um contexto marcado pelas tensões entre a reprodução do capital e a garantia da sobrevivência da população. A prática profissional, reconhecida por suas contradições e desafios, demanda qualificação e articulação entre as diversas dimensões do Serviço Social, a fim de garantir a efetividade das intervenções no contexto macroscópico.

A tensão constante entre os princípios éticos da profissão e as restrições impostas pelas condições de trabalho precárias exige dos profissionais uma maior capacidade de resistência e adaptação. Na Casa Abrigo, a dedicação dos profissionais esbarra nas limitações impostas pelo contexto social mais amplo. Embora a dimensão técnico-operativa do exercício profissional do Serviço Social seja adequada, sua plena eficácia depende de condições e recursos apropriados. O Estado, por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), tem a responsabilidade de assegurar políticas

sociais e condições de trabalho dignas, que permitam a atuação plena dos profissionais.

SERVIÇO SOCIAL - O PERCURSO HISTÓRICO DA CARIDADE AOS FUNDAMENTOS CONTEMPORÂNEOS

Resgatar a origem e o desenvolvimento do Serviço Social implica evidenciarmos o cenário da Revolução Industrial. Este período histórico trouxe reformas ao capitalismo comercial vigente até o século XV, tais mudanças resultaram no processo de transição para o capitalismo industrial, já no século XVIII. O período acarretou uma série de transformações nas relações sociais, sobretudo no que tange a emergência da luta de classes.

Assim, o período que vai de 1775 a 1875 aproximadamente, ao longo do qual se desenvolveu esse conjunto de transformações que se convencionou chamar de Revolução Industrial, sem dúvida representa um momento crucial da história da humanidade. Pode não haver, como é sabido, consenso histórico sobre sua periodização, mas incontestavelmente há um reconhecimento universal dos seus efeitos sobre a estrutura da sociedade (Martinelli, 2011, p.38).

O período entre 1775 a 1875 foi o intervalo de tempo em que houve diversos avanços na sociedade e hoje chamamos de Revolução Industrial, este trouxe não somente a tecnologia das máquinas como também promoveu a consolidação do modo capitalista de produção¹ e a compra e venda de força de trabalho.

duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias: de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista (Marx, 1984, p. 262).

O cenário imposto para a classe que vivia do trabalho era de extrema exploração, com condições insalubres de trabalho e uma carga horária extensa e exaustiva. Neste espaço de tempo duas classes sociais tornam-se visíveis, a burguesia e o proletariado, que curiosamente se desenvolvem de maneira codependente.

De uma forma profundamente antagônica e contraditória, o capitalista e o trabalhador, como personificações de categorias econômicas, se produzem,

¹ Importante ressaltar que o presente texto utiliza como referência principal as teorias marxistas, assim como utiliza de seu método materialista histórico-dialético para análise da realidade.

O autor Netto (2006, p.74) elucida sobre essa transição entre o feudalismo e o modo de produção capitalista “ Enterrado o Antigo Regime, abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o Estado burguês. Colocando a seu serviço aqueles “órgãos onipotentes” de que falava Marx (o exército, a polícia, a burocracia), a nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para o desenvolvimento das novas forças produtivas de que o seu ascenso era o inequívoco indicador: criam-se as melhores condições para a concretização histórica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia – trata-se do modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica.”

portanto em uma mesma situação, que expressa e reproduz um traço distintivo do capitalismo em sua fase industrial: a mercantilização universal das relações, pessoas e coisas, acentuando gravemente a fratura que separa as classes sociais (Martinelli, 2011, p. 39).

Com tamanha divisão social, a produção em massa e a mercadoria tornam-se pontos centrais para o desenvolvimento das relações humanas e o processo de consolidação e crescimento da burguesia utilizou-se da exploração de mão de obra proletária no qual o trabalhador passa a ser um objeto que produz mercadoria, como evidencia a autora Martinelli (2011, p. 42) “pois aos seus olhos o operário era apenas e tão-somente força de trabalho, uma mercadoria como qualquer outra, da qual necessitava para expandir seu capital”.

A narrativa da ascensão do capitalismo não é formada apenas de exploração mas também de luta em que a parcela populacional desfavorecida não se submeteu ao contexto de transitoriedade pacificamente .

As distintas formas de negação ao cenário de exploração foram promovidas primeiramente na Inglaterra durante a segunda metade do século XVIII, quando os operários juntavam-se para destruir as máquinas como forma de resistência “As primeiras formas de oposição dos trabalhadores a essa dura realidade expressaram-se na resistência, dirigindo-se não diretamente ao opressor, ao explorador, mas ao instrumento de exploração” (Martinelli, 2011 p. 43).

Os movimentos promovidos pela classe trabalhadora foram se intensificando na mesma medida em que se ampliaram as formas de exploração.

Lentamente os trabalhadores começaram a perceber que os seus reais opressores eram os donos dos meios de produção e não as máquinas; elas eram apenas o seu instrumento. A tomada de consciência dessa realidade fez com que os trabalhadores buscassem algum conteúdo organizativo para suas manifestações, as quais pressupunham necessariamente uma organização deles próprios (Martinelli, 2011, p. 45).

Aos poucos se desenvolve dentro do movimento operário e da classe trabalhadora um senso de identidade, no qual os indivíduos passam a se reconhecer como indivíduos explorados no trabalho, e, apesar dos esforços da burguesia em proibir as alianças políticas para aqueles que não fossem da alta sociedade, as articulações com o cenário da Revolução Francesa² de 1789, influenciou e trouxe sem dúvidas grandes avanços para

² A Revolução Francesa foi um marco histórico de imenso impacto econômico, político e social no qual pôs a liberdade como base para a reestruturação dessas dimensões. De acordo com Arroyo (2008) duas vertentes surgiram nesse processo: uma que vinculava a liberdade individual à fraternidade e igualdade, como no ideal republicano da Revolução Francesa, e outra que via a liberdade como direito à iniciativa econômica. A segunda abordagem, voltada para a autonomia econômica, prevaleceu historicamente.

Com a conquista da liberdade, os benefícios foram distribuídos de maneira desigual. A burguesia, ao conquistar o direito ao livre empreendimento e ao buscar novas tecnologias, como as da Revolução Industrial, aprofundou a divisão

a luta de classes no que diz respeito a movimentos com tendências políticas.

Na década de 1800 é possível reconhecer esse despertar da identidade de classe entre os trabalhadores, estimulada pela dominação capitalista a que eram acometidos, como explica Martinelli (2011, p. 46)

A condição de classe, um dos mais importantes determinantes da consciência das pessoas e grupos sociais, aliada às condições peculiares de trabalho e existência social, leva os operários a caminhar no processo de construção de sua identidade de classe, unindo-os em torno de fins comuns.

O cenário histórico destaca a força política que garantiu a ascensão da burguesia e manteve intacto seu poder sobre todas as dimensões da vida do trabalhador, garantida pelo próprio Estado. Identificado como um poderoso adversário com fortes alianças estatais, desenvolve-se no centro da classe proletária um movimento de luta coletiva por um projeto político de dissolução da sociedade de classes (Martinelli, 2011).

A burguesia não teria forças suficientes para desenvolver seu domínio sob a classe proletária sem o auxílio de instituições influentes no meio social, como o Estado e a Igreja que registram um histórico de controle social das massas em sistemas econômicos, políticos e sociais anteriores ao capitalista. São esses os aliados da classe burguesa que caminham para a consolidação do capital, utilizando-se neste momento do ideário da Escola Filantrópica.³

“Era para criar tais “bases de sustentação”, capazes de garantir a irreversibilidade do capitalismo, que a burguesia desejava utilizar a prática social dos filantropos, entre outras estratégias. Utilizando-se da facilidade do acesso desses agentes à família operária, a classe dominante pretendia transformá-la em um expressivo veículo de sujeição do trabalhador às exigências da sociedade burguesa constituída, em um instrumento de desmobilização de suas reivindicações coletivas.” (Martinelli, 2011, p. 65)

O cenário de união entre burguesia, Estado, igreja e assistência é o que precede a emergência do Serviço Social, fundamentado nas práticas de caridade promovidas pela Igreja Católica, com a finalidade de atender aos problemas sociais resultantes das contradições e antagonismos do sistema capitalista. A Igreja Católica tem papel determinante para a gênese do Serviço Social visto que historicamente a profissão esteve vinculada sobre a perspectiva religiosa, reverberando no provimento de ações filantrópicas, de caridade e de doação pessoal.

do trabalho.

³ Havia duas tendências orientadoras para o enfrentamento das expressões da questão social naquele momento, a Escola Humanitária e a Escola Filantrópica: a Escola Humanitária trazia uma crítica às desigualdades sociais direcionando como formato de enfrentamento algumas orientações de comportamento quanto às dificuldades enfrentadas pelo proletariado, já a Escola Filantrópica nega os antagonismos sociais e visava transformar a todos em burgueses. A Escola Filantrópica abstraía as contradições existentes na realidade enquanto buscava preservar a ordem social sem mudanças profundas, e foi apoiada nela que a burguesia junto da Igreja Católica e do Estado movimentou a racionalização da assistência. (Martinelli, 2011 p. 64)

A profissão nasce como uma tentativa de apaziguar as expressões do que chamamos de questão social, conforme exemplifica Iamamoto.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (Iamamoto, 2001 p.16-17).

A união entre burguesia, Igreja e Estado desenvolve na Inglaterra a Sociedade de Organização da Caridade na cidade de Londres no ano de 1869, assumindo a responsabilidade pela racionalização e normatização da prática da assistência. É a partir deste movimento histórico que surgem os primeiros assistentes sociais, promovendo as práticas de assistência social e posteriormente se profissionalizando como “Serviço Social”. (Martinelli, 2011)

A Sociedade de Organização da Caridade ganhou visibilidade e força, levando à criação do "Curso de Visitadores Sociais Voluntários" em Londres no ano de 1893, quando a qualificação dos assistentes era uma preocupação do grupo, e este mesmo curso mais tarde inspirou a formação de outros semelhantes em cidades americanas.

No ano de 1898 na cidade de Nova Iorque desenvolve-se um curso de qualificação sob a influência de Mary Richmond⁴, possibilitando a criação da primeira Escola de Filantropia Aplicada. Um dos primeiros passos para a instituição do ensino voltado para o Serviço Social, “O impulso trazido pela criação da Escola foi muito importante para a sistematização do ensino do Serviço Social, bem como para o seu processo de profissionalização e institucionalização.” (Martinelli, 2011 p.106).

O Serviço Social emergiu quando o Estado começou a intervir nas problemáticas sociais, diferenciando-se das práticas de caridade. Essa intervenção estatal marcou o surgimento da profissão, que se institucionalizou e ganhou reconhecimento social. O Serviço Social definiu seu objeto de trabalho e desenvolveu conhecimentos teóricos e metodológicos para guiar suas práticas, como situa Montaño (2009, p. 30) “[...] produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo, o Estado toma para si as respostas à ‘questão social’”.

A legitimação do Serviço Social não se explica pela continuidade de práticas

⁴ “Richmond foi assistente de tesouraria e depois eleita secretária-geral da COS (Charity Organization Society) de Baltimore, em 1891. As COS’s, que se espalharam nos EUA, eram instituições de caridade que chegaram àquele país através da experiência inglesa, como um esforço de cooperação entre Estado (especialmente prefeituras) e Igreja (sobretudo protestante) para assistir às necessidades de famílias pobres, a partir de práticas de auxílio material e educação moral com uma abordagem individualizada.” (Toniolo, 2019)

assistenciais anteriores, mas sim pela sua ruptura com elas. Essa ruptura se concretiza com a criação de um espaço específico para a profissão na divisão social e técnica do trabalho, independente de formas de assistência preexistentes (Netto, 2005, p. 73)

A profissionalização do trabalho social, impulsionada por movimentos sociais e discussões internacionais, estabeleceu as bases para a criação do Serviço Social. À vista disso, o Serviço Social latinoamericano e brasileiro reproduz de forma conjuntural a trajetória desenvolvida em território internacional, onde o cenário nacional que possibilitou o surgimento do Serviço Social foi derivado da relação que a Igreja Católica historicamente construiu junto à burguesia.

No cenário latino americano, no ano de 1925 surge a primeira escola de Serviço Social no Chile fundada por Alejandro Del Río, propiciado pelo caótico cenário de desenvolvimento capitalista tardio em todo o território. A profissionalização do Serviço Social no Chile foi fortemente influenciada pela pressão da classe operária e outros setores populares, que demandavam soluções para problemas sociais como previdência, habitação e saúde. A burguesia chilena respondeu institucionalizando essas demandas em leis, criando um contexto favorável para o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. (Castro, 2007)

Mais tarde, em 1929, há a criação da Escola Elvira Matte de Cruchaga como a primeira escola católica chilena de Serviço Social. Conforme elucida Castro (2007), a fundação dessas escolas, como a de Alejandro del Rio, esteve ligada tanto à ação do Estado quanto à influência da Igreja Católica, que já atuava na assistência social através de obras de caridade. A escola de Del Rio, em particular, surgiu em um período de intensa luta de classes e dificuldades do Estado e tratava-se de uma escola laica vinculada mais aos interesses estatais do que aos interesses da Igreja Católica.

Se a primeira escola católica chilena de Serviço Social foi fundada depois da primeira escola laica, isto não quer dizer que só a partir da criação do seu centro de formação a Igreja decidiu intervir neste terreno. Sem dúvida, ela tinha precedência na assistência social, exercendo-a sob arraigada inspiração religiosa, com os seus agentes operando um apostolado que sustentava inúmeras "obras de misericórdia" com os vultosos recursos de que dispunha (Castro, 2007, p. 72).

A Igreja Católica tem papel determinante para a gênese do Serviço Social no contexto mundial e brasileiro, visto que historicamente a profissão esteve vinculada à perspectiva religiosa, reverberando no provimento de ações filantrópicas, caridade e doação pessoal. A assistência social na América Latina é composta inicialmente por jovens mulheres católicas da alta burguesia, que buscavam um espaço significativo na sociedade. Embora se apresentassem como filantrópicas e altruístas por motivos

religiosos, seu papel ideológico servia principalmente aos interesses do capital, como um controle social.

Tais resultados, expressando-se no atendimento às carências mais prementes do grande número de pobres e às necessidades mais imediatas do trabalhador e sua família, produziam um efeito social muito importante, reduzindo as manifestações aparentes dos problemas e fortalecendo a ilusão de que o Estado nutria um paternal interesse pelo cidadão (Martinelli, 2011 p. 126).

No Brasil, a profissão emerge vinculada aos interesses do Estado, da Igreja Católica e da burguesia. A institucionalização do Serviço Social em território brasileiro ocorreu na década de 1930 e foi caracterizada por importantes mudanças sociais, políticas e econômicas. Impulsionado pela ascensão do presidente Getúlio Vargas e pela necessidade de enfrentar as consequências decorrentes da Grande Depressão de 1929 o governo vigente implementou políticas sociais e criou instituições como o Serviço de Assistência ao Trabalhador em 1931, que visavam apoiar a classe trabalhadora e integrar o trabalho social às políticas públicas. (Netto, 2015)

A criação da primeira escola de Serviço Social em 1936, promoveu a qualificação técnica e ética dos assistentes sociais e a aproximação com o Estado consolidou o Serviço Social como uma profissão essencial para a implementação de políticas sociais. A validação social da profissão foi reforçada com a fundação da primeira associação de assistentes sociais em 1938, marcando o início da profissionalização e da sistematização das práticas assistenciais no país. Embora houvesse um reconhecimento social, a profissão só obteve respaldo legal a partir de 1993 com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93).

A aliança entre o Serviço Social e o Estado atribuiu a categoria uma identidade profissional, devidamente enraizada, como situa Martinelli (2011) “Sua inserção na divisão social do trabalho tomava também por referência aquela identidade atribuída, situando-o como uma atividade profissional a serviço do ajustamento entre capital e trabalho, um elo intermediário entre o proletariado e a burguesia”

Por volta dos anos de 1940 a profissão se depara com a necessidade de promover uma qualificação profissional.

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norteamericano e suas propostas de trabalho permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista. Efetivamente, a reorientação da profissão, para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, exige a qualificação e sistematização de seu espaço socio-ocupacional tendo em vista atender às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social. (Yazbek, 2009 p. 4-5)

A expansão do Serviço Social, com agentes profissionais integrados à divisão sócio-técnica do trabalho e orientados pelas bases positivistas norte-americanas, passa a incorporar a teoria positivista incapaz de reconhecer a contradição por trás das práticas desenvolvidas através da relação entre a categoria e o Estado, influenciados pelos interesses da burguesia.

A perspectiva de ação para o Serviço Social, nesse primeiro momento, é bem delimitada. Restringe-se ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial. Adota-se a metodologia de caso, grupo ou comunidade, como formas de implementar a intervenção social, sem objetivar, contudo, uma análise na estrutura social. (Chaves; Oliveira, 2017 p. 147)

O Serviço Social no Brasil se organizou com base na mobilização internacional, como em toda a América Latina. Diversos países do continente foram criando suas entidades organizativas em diferentes contextos, e, a partir de 1940, sediaram os Congressos Pan-Americanos de Serviço Social, promovidos pela OEA (Organização dos Estados Americanos), em parceria com os governos dos países-sede. (Ramos, 2007)

O Congresso Pan-americano, realizado no Chile em 1947, teve papel importante no progresso da profissão e serviu como um espaço para a discussão de diretrizes que fortaleceriam as práticas do Serviço Social na região. Foram abordadas questões como a função do/da assistente social na sociedade, a ética da profissão, e a necessidade de uma formação adequada e sistemática, questionando o conteúdo expresso no primeiro Código de Ética do Serviço Social elaborado em 1947 (Chaves; Oliveira, 2017).

O primeiro Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social elaborado/promulgado em 1947 é sucinto (CFESS, 2016), foi influenciado pela visão europeia, impregnado de valores cristãos, sem mediação do Estado e, portanto, sem respaldo jurídico. Visava orientar a prática e conferir status de profissão ao Serviço Social, que não era ainda regulamentada como categoria profissional (Chaves; Oliveira, 2017 p. 148).

O primeiro Código de Ética apresentado pela profissão em 1947 expressava a necessidade da categoria de se regulamentar e se profissionalizar, assim como buscava balizar as organizações internas e garantir um maior aceite da sociedade, tudo isso desenvolvido a partir de uma perspectiva conservadora. Em seguida temos o Código de Ética atualizado e apresentado em 1966, o qual expressava um maior compromisso crítico e transformador com a promoção da justiça social, com o respeito aos direitos humanos, assim como representava a reivindicação pela autonomia da profissão frente ao Estado. (Chaves; Oliveira, 2007)

A aproximação com a classe trabalhadora na década de 1950 e o desenrolar do

cenário capitalista pós-guerra enfraqueceu os discursos burgueses e favoreceu a expansão da massa crítica que vinha se formando na categoria dos assistentes sociais brasileiros que toma forma a partir da década de 1960.

Historicamente, o continente latino-americano e a década de 60 situam-se como o lugar e o tempo onde se engendrou esse movimento de questionamento crítico da própria realidade e, no interior desta, da prática profissional. Os anos 60 foram particularmente difíceis para os povos latino-americanos, que desde o imediato segundo pós-guerra vinham enfrentando crescentes dificuldades de sua participação no processo produtivo (Martinelli, 2011 p.141).

A expansão do capitalismo global traz diversas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, assim como os demais países, o desenvolvimento capitalista observado na América Latina revelam um caráter excludente e subordinado. Netto (2015) explica esse fenômeno através do conceito de “contrarrevolução preventiva”.

A finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (Netto, 2015 p. 31).

Esta foi a conjuntura na qual se desenvolveu o ciclo de golpes ditatoriais implantados em vários países da América-Latina. A autocracia burguesa impulsionada pelo propósito de resistir a uma possível ameaça comunista que assolava os Estados, instaura o caótico cenário de ditaduras como forma de repressão aos apoiadores de projetos societários. (Netto, 2015 p. 31)

O desenvolvimento do Serviço Social seguiu o contexto geral das relações sociais e das teorias sociais predominantes, ao passo que o positivismo vinha sendo principal suporte teórico-metodológico, sua massa crítica em desenvolvimento passa a incorporar a teoria social de Marx, “Sem dúvida, as ditaduras que tiveram vigência no continente deixaram suas marcas nas ciências sociais e na profissão, que depois de avançar em uma produção crítica nos anos 60/70 (nos países onde isso foi permitido) é obrigada a longo silêncio.” (Yazbek, 2009 p. 7)

Como situa Yazbek (2009), a apropriação da teoria social marxista pela categoria profissional no território brasileiro deu-se em torno de falhas, identificados pela captação equivocada dos escritos de Marx que era adquirida por meio de manuais e a partir da concepção propagada pelo “marxismo” althusseriano. O modelo marxista apresentou a profissão referencial teórico, propiciando o debate do fazer profissional e servindo de inspiração para o movimento de reconceituação proposto pela profissão.

O movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo. [...]

Preliminarmente, deve ser salientado que o movimento de reconceituação do Serviço Social- emergindo na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década- foi na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano. (Iamamoto, 2015 p. 205)

O movimento de reconceituação do Serviço Social apresentou uma resposta crítica às práticas tradicionais da profissão desenvolvida nos anos 60/70, consolidado a partir de 1965 como uma tentativa de rompimento com o conservadorismo internalizado pela profissão e as influências da Igreja Católica. Uma série de fatores contribuíram para a eclosão desse movimento, como o amadurecimento do movimento estudantil e a busca da categoria por uma formação acadêmica mais crítica voltada às demandas que permeiam as expressões da questão social. (Netto, 2015)

O contexto histórico que remete aos anos de ditadura em território brasileiro resume-se no agravamento das expressões da questão social e formatos de controle social cada vez mais rigorosos. Durante a “autocracia burguesa” como chama Netto (2015), a categoria profissional de assistentes sociais foi convocada a atuar diretamente com as políticas sociais na elaboração de políticas públicas, uma tentativa de direcionar a eles as demandas de uma sociedade em crise.

A formação profissional passa por uma modernização a partir da sua introdução com as universidades, inclinando-se às teorias das ciências sociais e se distanciando das bases conservadoras católicas, praticando o que Netto (2015) chamou de “laicização” do Serviço Social. O processo de renovação do Serviço Social se dividiu em duas fases principais. A primeira, de modernização onde buscou-se adequar o Serviço Social às exigências do contexto autocrático, enquanto a segunda recuperava suas raízes históricas, desenvolvendo um novo referencial teórico que se opusesse ao positivismo.

Netto (2015), enfatiza que a reconceituação buscou transformar o Serviço Social em um instrumento de luta pela justiça social e pela emancipação das camadas subalternas da sociedade. Assim, os profissionais passaram a integrar práticas desenvolvidas à luz das complexidades das relações sociais e dos contextos econômicos e políticos em que estavam inseridos.

Um dos marcos do movimento de reconceituação no Brasil foram os seminários realizados em Araxá em 1967 e em Teresópolis em 1970. Esses eventos foram momentos determinantes na revisão do papel profissional, proporcionando espaços para o debate

teórico e a formulação de novas práticas. As contribuições obtidas nesses seminários culminaram, posteriormente, na promulgação do segundo Código de Ética em 1975, igualmente posto em debate sobre a efetividade de seu conteúdo diante das demandas profissionais.

Netto (2015), aponta que a reconceituação não apenas desafiou os paradigmas existentes, mas também buscou criar uma nova identidade para o Serviço Social, baseada em princípios de transformação social e crítica ao modelo capitalista.

Durante a década de 1970, as mudanças internas permitiram que assistentes sociais se engajassem de forma ativa em movimentos sociais e populares. Os profissionais enfrentaram a necessidade de equilibrar suas funções técnicas com a militância política, gerando tensões internas. Diferentes correntes teóricas e práticas começaram a emergir dentro da profissão, criando um ambiente de debate e, por vezes, conflito sobre o direcionamento da atuação. Foi também uma década marcada pela significativa produção teórica interna do Serviço Social, gerando uma expressiva bibliografia que baseia a composição dos cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados (Yazbek, 2009).

Novas abordagens e metodologias de intervenção social foram desenvolvidas e os anos de 1980 foram cruciais para o Serviço Social contemporâneo, identifica-se como o espaço de tempo no qual foi incrementado ao arcabouço teórico uma direta comunicação com a teoria social de Marx. O processo de aproximação a teoria marxista deve-se principalmente a docente e pesquisadora Marilda Villela lamamoto, que elaborou escritos a partir das fontes de Marx, “Calcada numa reflexão que se desdobra colada aos textos marxianos fundamentais -em especial *O capital*, inclusive apelando ao inédito capítulo IV, mas recorrendo ainda aos *Grundrisse*-, a argumentação de lamamoto prima pelo rigor teórico e pela congruência crítica.” (2015, p. 291, grifos do autor)

Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional em seu Código de Ética (Yazbek, 2009 p. 11).

Incorporados nos espaços acadêmicos, as produções teóricas se desenvolveram e se articularam junto às ciências sociais latinoamericanas, na busca pela compreensão da natureza da profissão. Destrinchando o real significado social da profissão, imersa na divisão sociotécnica do trabalho e posicionada no campo dos direitos sociais conforme é

atravessada pelas relações e interesses do Estado e da sociedade civil, a categoria passa a repensar sua trajetória e pôr em questão as bases do exercício profissional, “O Serviço Social passa por um profundo processo de renovação, repercutindo na sua produção teórica e prática, refletindo a própria insatisfação social que caracterizou os movimentos sociais nos anos 1978-1980.” (Chaves; Oliveira, 2007 p. 153).

Discutir o exercício profissional remete a revisitar também as dimensões que o compõem, considerando o Serviço Social uma profissão constituída por bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, instrumentos fundamentais que se complementam entre si, promovendo o processo de qualificação da profissão a partir de suas bases. Em suma, os anos 80 foram um período de transformações profundas no interior profissional, caracterizadas por um engajamento político renovado, uma reflexão crítica sobre a prática e uma ênfase nos direitos humanos.

Iamamoto (2015 p. 215-216) explica as particularidades brasileiras da profissão em relação ao restante do continente latino-americano

Esse panorama contribui para que, no Brasil, diferentemente da tônica predominante nos demais países, o embate com o Serviço Social tradicional se revertesse em uma modernização da profissão que atualiza a sua herança conservadora [...] As preocupações voltam-se para o aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, expresso pela sofisticação dos modelos de diagnóstico e planejamento, na busca de uma eficiência que se pretendia asséptica, nos marcos de uma crescente burocratização das atividades. Como já disse uma analista: “impossibilitado de questionar-se socialmente, o Serviço Social se questiona metodologicamente.”

A redemocratização após o regime militar no Brasil foi um marco importante, Iamamoto (2003) destaca que “o Serviço Social se alinhou às novas demandas sociais e ao reconhecimento dos direitos humanos”, o que foi fundamental para a profissionalização e a prática crítica.

Dentre os momentos significativos dos anos 80, a formulação da Constituição de 1988 possui papel determinante no desenrolar do Serviço Social “É nesse contexto histórico, pós Constituição de 1988 que os profissionais de serviço social, iniciam o processo de ultrapassagem da condição de executores de políticas sociais, para assumir posições de planejamento e gestão dessas políticas” (Yazbek, 2009 p. 14).

Os anos 80 e 90 trouxe novos desafios ao Serviço Social, em que o capitalismo globalizado enfrentou um retrocesso nas políticas sociais, favorecendo a ascensão do neoliberalismo, afligindo os sistemas de proteção social e redirecionando as ações estatais sobre a questão social. Neste contexto, o ano de 1986 trouxe também uma reformulação no código de ética, “Até então, o debate da ética no Serviço Social não era

um tema privilegiado – é na sequência do Código de 1986, e após a sua revisão, concluída em 1993, que este tema ganhará relevo significativo” (Netto, 1999 p. 14).

O Código de Ética apresentado no ano de 1975 mostrou-se insuficiente frente às necessidades da categoria, de forma que causou sua atualização, apresentada no ano de 1986, desta vez firmava o compromisso profissional com a classe trabalhadora, expressando a defesa a ética ligada às relações de produção e aos interesses de classe e rompendo com a neutralidade e trazendo à tona uma perspectiva marxista. Já a revisão do Código apresentado no ano de 1993 trouxe uma atualização quanto a abordagem diante as classes sociais, impulsionando respostas mais éticas e políticas aos desafios da profissão com ênfase no contexto de globalização e neoliberalismo (Chaves; Oliveira, 2007).

De acordo com Netto (1999), compreende-se que a busca pela democracia na sociedade brasileira ressoou entre os profissionais do Serviço Social, criando o ambiente necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo e propiciando a discussão de novos projetos profissionais, que pela primeira vez eram regidos sob uma perspectiva distinta daqueles que respondiam aos interesses das classes dominantes.

É no trânsito dos anos oitenta aos noventa do século XX que o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica – e, qualificando-a como básica, queremos assinalar o seu caráter aberto: mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento (Netto, 1999 p. 15).

O projeto ético-político do Serviço Social enfatiza a equidade e a justiça social, defendendo a universalização do acesso a bens e serviços nas políticas sociais, além de garantir direitos civis, políticos e sociais para as classes trabalhadoras. Ele se apresenta como radicalmente democrático, promovendo a participação política e a socialização da riqueza, o projeto ético-político da profissão requer compromisso com a competência, fundamentada em uma formação acadêmica crítica e sólida, que estimule a autoformação e a investigação contínua. (Netto, 1999)

Importante analisar que, assim como a sociedade e o proletariado evoluíram e desenvolveram formas de lutar e resistir às expressões da questão social decorrentes do sistema capitalista, houveram atualizações dentro do sistema econômico. Atualmente nos deparamos com as dificuldades da categoria profissional diante do chamado neoliberalismo que, enquanto doutrina econômica, é um sistema que promove a mínima intervenção estatal na economia e a livre iniciativa e concorrência entre empresas

privadas.

[...] transformações substantivas marcavam a passagem do sistema capitalista a um novo estágio e, concomitantemente, uma crise social planetária irrompia no trânsito dos anos oitenta aos noventa.

Na sociedade brasileira, as incidências dessa crise operam fortemente nos anos noventa. Especialmente a partir de 1995, quando os representantes do grande capital passaram a ocupar mais diretamente as instâncias de decisão política, as práticas político-econômicas inspiradas no neoliberalismo e a sua cultura viram-se amplamente disseminadas no conjunto da sociedade. No curso daquela década, a grande burguesia brasileira (que cresceu à sombra da proteção estatal da ditadura) reciclou rapidamente seu projeto societário, tornando-se, então, defensora do neoliberalismo (Netto, 1999 p.18).

A pobreza e a desigualdade são consequências das relações de produção no sistema capitalista, caracterizadas pela exploração da classe trabalhadora. O neoliberalismo neste contexto acaba por intensificar as desigualdades e a precarização das condições de vida do proletariado quando transforma o Estado num agente a serviço do capital, promovendo a criminalização da pobreza e a culpabilização das classes subalternas.

Netto (1999) afirma que as políticas neoliberais vêm promovendo a liquidação dos direitos sociais, as privatizações das organizações estatais e a implementação de uma política macroeconômica que prejudica as camadas sociais subalternas. O autor também destaca que o neoliberalismo vêm representando uma forte ameaça ao Projeto Ético-político do Serviço Social

Assim, a cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo – cruzada entre nós capitaneada por setores político-partidários auto intitulados social-democratas e, mais recentemente, por setores que outrora se reivindicaram de esquerda -, é uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social. Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contra-mão da história”. (Netto, 1999 p. 19)

Entretanto, ele também ressalta que os resultados visíveis das políticas neoliberais no Brasil como a privatização, o desemprego e a crescente concentração de riqueza reforçam a relevância e o futuro do Projeto Ético-político do Serviço Social, pois este está diretamente voltado para a luta contra o neoliberalismo e em defesa de uma sociedade mais justa, alinhada com os interesses da maioria da população.

Atualmente a maior ameaça aos direitos sociais e a democracia vêm sendo o ultraliberalismo, uma versão mais extrema do Neoliberalismo que ultrapassa as reformas econômicas tradicionais e transforma a própria estrutura do Estado e da Sociedade na busca pela potencialização do mercado e a diminuição da intervenção estatal. Instalado em decorrência das transições democráticas e da crise estrutural do capital desde a Nova República, reforçada na vigência do governo de Michel Temer no ano de 2016, marcado

por aprofundar a agenda ultraneoliberal com reformas que atacaram o trabalho, as políticas sociais e o meio ambiente, sob um ‘novo regime fiscal’ (Cassin, 2022)

O governo ilegítimo de Temer se encarregou de adequar o País às exigências da acumulação capitalista em nível mundial, impondo um “novo regime fiscal” e uma agenda de ofensivas ao trabalho, às políticas sociais e ao meio ambiente que conformaram a nova etapa do ajuste neoliberal, o ultraneoliberalismo. (Cassin, 2022 p.18)

O Serviço Social brasileiro iniciou o novo milênio diante de um cenário desafiador, com a intensificação das desigualdades sociais geradas pela globalização e pelo neoliberalismo. A precarização do trabalho, o aumento do desemprego e a fragilização das redes de proteção social marcaram esse período. Apesar dos avanços, as políticas sociais mantiveram um caráter compensatório e focado nos mais pobres, sem romper com a lógica neoliberal. Nesse contexto, os assistentes sociais enfrentaram o desafio de implementar o SUAS⁵ (Sistema Único de Assistência Social), buscando fortalecer a assistência social como política de seguridade social e garantir a participação popular na gestão das políticas públicas (Yazbek, 2009).

De acordo com Guerra (2007), o Estado, na sociedade capitalista monopolista, age para manter a ordem burguesa e lidar com as manifestações da questão social por meio de medidas econômicas e sociais, que visam aos interesses dos grupos que o controlam.

A complexidade da questão social, intensificada pelo capitalismo monopolista, demandou ao Estado a criação de mecanismos institucionais e profissionais para lidar com suas expressões. Foi neste contexto que o Serviço Social surgiu como uma profissão voltada a atender as necessidades da população mais vulnerável, atuando diretamente na mitigação dessas desigualdades sociais. Desta forma, compreende-se que a intervenção profissional do/da assistente social está fundamentada na compreensão das necessidades sociais e na busca por soluções que promovam a melhoria da qualidade de vida da população.

Guerra (2007), relaciona a capacidade da profissão de utilizar instrumentos e técnicas para intervir na realidade social com as políticas sociais, isso pois, enquanto espaços de intervenção profissional, as políticas sociais é que definem os instrumentos, metodologias e os campos de atuação do Serviço Social.

Essa capacidade citada pela autora trata-se do conceito de instrumentalidade, do

⁵ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a política pública brasileira que organiza e coordena os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social no país. Criado em 2005, o SUAS é um sistema descentralizado, com gestão compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal, e com forte participação da sociedade civil. Ele garante o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, oferecendo serviços como proteção social básica e especial. O SUAS é um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. (Brasil, 2021)

qual refere-se a uma condição de reconhecimento social da profissão garantido durante o trato das expressões da questão social, momento em que se atende às necessidades materiais, e espirituais do homem por meio do processo de trabalho (Guerra, 2007).

As políticas sociais, ao definirem os campos de atuação e os instrumentos de trabalho do Serviço Social, influenciam o direcionamento das práticas profissionais, desta forma torna-se essencial promover a reflexão da natureza e configuração dessas políticas a fim de obter uma compreensão sobre o exercício profissional dos assistentes sociais e alavancar a busca por uma prática cada vez mais qualificada e comprometida com a transformação social.

A INSTRUMENTALIDADE NO SERVIÇO SOCIAL

Falar sobre instrumentalidade no Serviço Social exige uma análise mais aprofundada da prática profissional, isso pois trata-se de um conceito que perpassa todo o exercício profissional do/da assistente social. A instrumentalidade incorporada na profissão é constituída por três dimensões, sendo elas a: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, dimensões interligadas e complementares mas constituídas de particularidades, conforme será elucidado a seguir.

Para compreendermos o exercício profissional do/da assistente social, é fundamental apresentar o conceito de instrumentalidade. A teleologia, a doutrina que estuda os fins e propósitos, nos ajuda a entender como o Serviço Social inseriu os instrumentos e técnicas em sua prática e como o exercício profissional se expressa através de suas ações interventivas, assim como sua efetivação se dá a partir das três dimensões que a constituem.

Guerra (2014, p. 126), diz

A particularidade que vincula natureza e sociedade localiza-se no processo de trabalho, é neste mesmo processo que comparecem determinações de naturezas diferentes pelas quais o ser social distingue-se do ser natural. [...] Lukács avança nessas considerações ao estabelecer a relação entre *causalidade* e *teleologia* no processo de trabalho.

Desta forma entende-se que por meio do trabalho o homem se distingue dos demais seres, a medida em que transforma a natureza e ao fazê-lo transformam-se a si mesmos, produzindo desta forma um mundo material e espiritual, “Converter os objetos naturais em coisas úteis, torná-los instrumentos é um processo teleológico”. (Guerra, 2007, p. 4).

Fato é que, o ser social a partir do trabalho produz meios de sanar suas necessidades básicas, e através do trabalho ele também passa a desenvolver habilidades e conhecimentos necessárias ao convívio social “Desenvolve também mediações, tais como a consciência, a linguagem, o intercâmbio, o conhecimento, mediações estas em nível da reprodução do ser social como ser histórico, e, portanto, postas pela práxis.” (Guerra, 2007, p. 4)

Assim como a sociedade se move e alteram-se as relações sociais, os conceitos são transformados em conformidade com as condições sócio-históricas que as transformam. De forma primária, o conceito de instrumentalidade provém da relação entre o homem e o trabalho, significando a capacidade do ser social de produzir ações que

atendam a determinadas necessidades. Guerra (2007, p. 3) situa a práxis como uma ação transformadora (trabalho), constituinte de instrumentalidade mas que não se constitui apenas dela, “Se trabalho é relação homem-natureza, e práxis é o conjunto das formas de objetivação dos homens (incluindo o próprio trabalho) num e noutro os homens realizam a sua teleologia.”

É no desenvolvimento das relações sociais intrínsecas a este processo de avanços sociais e históricos que a instrumentalidade dos homens sobre a natureza é transferida para as relações entre os próprios homens.

O exemplo mais desenvolvido de conversão dos homens em meios para a realização de fins de outros homens é o da compra e venda da força de trabalho como mercadoria, de modo que a instrumentalidade, convertida em **instrumentalização das pessoas**, passa a ser condição de existência e permanência da própria ordem burguesa, via instituições e organizações sociais criadas com este objetivo. (Guerra, 2007 p. 4-5)

A instrumentalidade que orienta a relação homem-natureza, nesse contexto, se converte em instrumentalização das pessoas, subordinando-as às exigências do capital.

[...] Esta apropriação de uns pelo trabalho de outros, que se realiza na vida prática dos homens, tem na propriedade privada o seu resultado e meio de realização. Aqui não se trata mais do trabalho, ou do processo simples de trabalho que produz valores de uso para seu produtor, no qual o produtor é também proprietário dos meios de produção, dos instrumentos, habilidades e conhecimentos que lhes endossam esta posse. Trata-se de um tipo especial de trabalho que, ao ser vendido no mercado como força de trabalho, acaba por se constituir em mercadoria e, portanto, deve conter um valor. (Guerra, 2014 p. 150-151)

Estas são as condições sócio-históricas que propiciaram a instrumentalidade a se tornar o que Guerra (2007), chama de instrumentalização de pessoas. A partir destas reflexões pode-se compreender a relação entre o Serviço Social e a instrumentalidade, especialmente conforme apontamos aqui anteriormente sobre a conjuntura histórica que impulsiona o Estado a desenvolver e propor medidas econômicas e sociais no trato ao que denominamos de expressões da questão social.

Melhor dizendo, com essas reflexões pretende-se apreender as particularidades que o racionalismo, comum aos diversos momentos do desenvolvimento histórico do capitalismo, adquire na atualidade e suas formas de expressão nas relações sociais, entendendo que este caminho nos permitirá compreender as expressões do processo de racionalização da sociedade na intervenção profissional do assistente social, já que ambos constituem-se em estratégias de enfrentamento das expressões da questão social adotadas pelo Estado brasileiro. (Guerra, 2014 p. 174-175)

Sendo assim, se a instrumentalidade refere-se a capacidade, qualidade ou propriedade de algo, na dimensão profissional diz respeito a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, garantindo à categoria profissional a condição necessária de reconhecimento social.

Desta forma, ao concebermos o reconhecimento social a partir da utilidade social que a profissão adquire, chegamos ao ponto chave que vincula a instrumentalidade ao exercício profissional do/da assistente social. Vínculo este, construído a partir da relação entre o espaço em que a categoria ocupa na divisão sócio-técnica do trabalho e sua utilidade ambígua às duas classes sociais fundamentais, a alta sociedade burguesa e a parcela proletária que vive do trabalho.

Por isso é importante, na reflexão do significado sócio-histórico da instrumentalidade como condição de possibilidade do exercício profissional, resgatar a natureza e a configuração das políticas sociais que, como espaços de intervenção profissional, atribuem determinadas formas, conteúdos e dinâmicas ao exercício profissional. (Guerra, 2007 p. 7)

O Serviço Social é marcado pela sua atuação profissional interligada as políticas sociais, nas fases de planejamento, execução, operacionalização, implementação e avaliação, atuação esta que se desenvolve principalmente no âmbito do cotidiano, entretanto, apesar de a instrumentalidade ser fundamental para que o Serviço Social atenda às demandas imediatas e operacionais da profissão, não deve ser objetivo de enfoque para que não se promova uma discussão que reduza o fazer profissional apenas a sua dimensão técnico-instrumental.

Ao reduzir o exercício profissional a sua dimensão prática, enxergando-a apenas como um meio para se atingir um fim, acaba por limitar a categoria profissional sem conceber sua capacidade de desenvolver um exercício profissional crítico e competente

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos. (Guerra, 2007 p. 11)

Partindo da premissa de que o Serviço Social se configura enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, ele se caracteriza pela complexidade que envolve dimensões que se relacionam entre si. Dimensões que se autoimplicam e se autoexplicam, e que não podem ser desmembradas, de maneira que não existem individualmente, trata-se das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política, e como acrescentado pela autora Yolanda Guerra (2023), há também a investigativa e a formativa.

A existência e a relevância do Serviço Social estão intrinsecamente ligadas à sua capacidade de responder às demandas sociais, transformando a realidade e promovendo a justiça social, desta forma, ao concebermos o real significado dessas dimensões e a

maneira com que elas se entrelaçam, é possível compreender o exercício profissional em sua face teórica para que se identifique as formas com que ele se apresenta na prática em seus diversos espaços.

Considerando os pontos apresentados, de forma breve iremos apresentar as três dimensões: teórico-metodológico, ético-político e por fim aprofundaremos a análise na dimensão técnico-operativa, objeto deste trabalho de conclusão de curso.

O Serviço Social enquanto profissão incorporada na divisão sócio-técnica do trabalho, com a função de atender as necessidades de ambas as classes sociais que compõem o sistema capitalista atual, é uma profissão orientada por fundamentações teórico-metodológicas e que possui implicações ético-políticas.

Posta a concepção de profissão, vou reforçar a hipótese de que esta profissão tem bases e fundamentos histórico-ontológicos que sustentam, estruturam e movimentam a sua constituição, o seu modo de ser e de existir; tem fundamentos teórico-metodológicos que a explicam; e tem fundamentos ético-políticos que lhe dão uma direção social estratégica. (Guerra, 2023 p. 44)

Guerra (2023) descreve sobre como fundamentos são concebidos como as bases e a razão de ser de algo. Seguindo por este pensamento a autora descreve os fundamentos histórico-ontológicos como às bases da existência e do desenvolvimento da profissão assim como seus fundamentos ideo-políticos que definem os valores e objetivos profissionais e por fim seus fundamentos teórico-metodológicos que fornecem as ferramentas para a prática profissional como alicerces que sustentam as ideias e as formas de interpretar a realidade e a profissão.

As práticas profissionais possuem suas bases fundamentadas em um porquê e um para que, elas são direcionadas a partir de uma análise e ou interpretação sobre a vida, a sociedade, a profissão e etc., elementos explicativos da realidade social. De fato, tais análises podem percorrer linhas de raciocínio bastante diversas e cada uma delas está ligada a uma ou mais teoria social clássica, como clarifica Guerra (2023).

Por tudo isso, espero ter evidenciado o quanto precisamos nos valer dos fundamentos teórico-metodológicos para entender a dinâmica dos nossos espaços cotidianos de vida e de trabalho, o papel do Estado no metabolismo e o significado histórico das políticas sociais que enraízam práticas autoritárias que se sustentam em uma cultura punitivista, higienista, machista, racista, de apologia à violência, em especial em uma política como a da Assistência Social, mas não apenas, já que hoje pela via dos algoritmos e plataformas, o controle e vigilância da população pobre são realizados por meio de várias políticas sociais. A lógica do capital nos “aprisiona”, nos institucionaliza, nos acultura, exigindo de nós a capacidade de não nos submetermos a essa lógica destruidora de nossos valores, princípios e convicções. (Guerra, 2023 p. 51)

Embora as fundamentações tenham ligações com as teorias sociais, apenas uma delas alcança a compreensão da realidade social que dá conta de desenvolver uma

prática profissional mais crítica e transformadora. A Teoria Social de Marx, fundamentada na transformação da realidade por meio das ações humanas, sendo o ponto de partida a realidade material, onde as condições materiais de produção e as relações sociais são identificadas como princípios delineadores da vida, consciência e ações dos indivíduos. “Só em Marx podemos buscar os fundamentos de uma ontologia do ser social que está na base do nosso projeto de formação profissional.” (Guerra, 2023 p. 54)

O método crítico dialético é essencial para uma devida análise da realidade social, ao utilizar dele como ponto de partida, os assistentes sociais adquirem a capacidade de analisar criticamente a realidade, assim como propor intervenções eficientes e inovadoras diante das políticas sociais.

É fundamental que a formação municie as e os profissionais de fundamentos críticos que lhes permitam construir alternativas de respostas profissionais às atuais requisições institucionais das políticas e dos serviços sociais que implementam, as quais sugerem pautas, protocolos e metodologias de intervenção (Guerra, 2023 p. 55)

Ao adentrar no campo das políticas sociais e da intervenção profissional do/da assistente social por meio delas nos toca refletir sobre a próxima dimensão, nomeada como dimensão ético-política. Eiras (2023, p. 60) aclara sobre como o Movimento de Reconceituação promovido na América Latina pela categoria profissional acabou fomentando uma análise crítica voltada ao projeto hegemônico das classes dominantes e a postura política que envolve as ações profissionais dos assistentes sociais.

O profissional assistente social, ao atuar, é incapaz de ser neutro já que fazem parte de um determinado contexto social e histórico, dotado de suas próprias crenças e valores que influenciam diretamente sua análise conjuntural e as escolhas para a atuação. A dimensão ético-política da ação profissional evidencia que as ações profissionais passam por essas características e são influenciadas por elas, assim como é atravessada por um contexto social mais amplo e marcado por desigualdades e conflitos.

A dimensão ético-política identifica que o profissional e suas ações não possuem neutralidade, mesmo que seu posicionamento seja direcionado para a imparcialidade ele ainda provém de uma dimensão de escolha e uma orientação política, assim como traz à tona a necessidade de um conhecimento ético, que avança desde os debates para a elaboração do Código de Ética de 1993 (Eiras, 2023).

Concomitante ao posicionamento ético-político, o Serviço Social em nosso país adensou e aprofundou o conhecimento teórico metodológico para a compreensão da ética profissional em uma perspectiva histórica, enraizada nas questões contemporâneas, no atual estágio de desenvolvimento do ser social. Assim também, as conquistas e articulações advindas deste posicionamento ético-político progressista e emancipatório, alimentou-se e aproximou a profissão

dos grupos sociais que lutam para avançar nesta direção, na disputa pelos direitos humanos em uma perspectiva de ampliação da cidadania, nas contradições estruturais da sociedade capitalista. (Eiras, 2023 p. 63)

Paula (2023) se refere à dimensão teórico-metodológica como a justificativa que responde ao “por que fazer”, acionada a partir do primeiro contato com as demandas apresentadas pelos usuários que requer do profissional a busca pela compreensão dos fenômenos por trás daquela realidade que fez com que fosse necessária uma intervenção profissional. Ao buscar analisar estamos exercitando uma capacidade fundamentada por conhecimentos teóricos-metodológicos.

A autora Paula (2023), faz alusão sobre como o ato de buscar por uma resposta profissional aquela demanda está ligada ao questionamento de um “para quê?”, de forma que após trabalhar a análise da realidade, o segundo passo é a busca por uma resolução, ou seja, uma intervenção profissional. O caminho percorrido para a escolha faz com que o/a assistente social exercite a dimensão ético-política, que vai se expressar na direção da sua intervenção, “Por isso, precisamos fortalecer em nós os princípios, os compromissos e a defesa dos valores emancipatórios que regem hegemonicamente a nossa profissão.” (Paula, 2023 p. 82)

Então, do mesmo modo que com mais estudo, mais aprofundamento e adensamento de conhecimento no campo do pensamento marxista, nós aprimoramos a dimensão teórico-metodológica da nossa ação profissional, também quanto mais nos apropriarmos do nosso projeto ético-político (da sua história, das suas propostas, dos seus princípios), mais sólida será a dimensão ético-política da nossa ação profissional na direção hegemônica da nossa profissão. (Paula, 2023 p. 82)

No decorrer do seu exercício profissional, o/a assistente social não faz uso apenas de técnicas e ferramentas para concretizar suas intervenções, as suas crenças, valores e posicionamentos políticos se fazem presente neste processo, ou seja, desde a escolha teórica que fundamente suas práticas até a aplicação das técnicas, são atravessadas por estas características.

Não há como separar estes três componentes porque eles encontram-se absolutamente interligados. No processo de efetivação técnico-operativo da intervenção profissional estão automaticamente embutidas as referências, os valores e os objetivos da ou do assistente social – tenha esta ou este profissional consciência ou não desse processo (Paula, 2023 p. 83).

No entanto, por ser a dimensão mais visível ou como citam Guerra; Santos; e Backx (2012), a forma de aparecer da profissão, a técnico-operativo aparece quase como a mais importante ou até como única a ser destrinchada na busca por um exercício profissional de qualidade. Fato é que, como dito anteriormente, as dimensões se transpassam e se sustentam, não sendo possível concebê-las individualmente. É na

tentativa de pôr em foco a técnico-operativa que se alcançam práticas “tecnicistas”. “Por isso, debater a dimensão técnico-operativa não significa abordar, de forma fragmentada, apenas um aspecto da nossa atuação profissional, mas discutir o nosso trabalho como resultado de uma totalidade que engloba diversos elementos.” (Paula, 2023 p. 85)

A dimensão técnico-operativa possui sua maior expressão a partir de dois recursos, as ações profissionais expressas pelas atividades concretas realizadas pelos assistentes sociais, como as orientações, encaminhamentos, avaliações, planejamentos e etc, e também pelos instrumentos atribuídos a técnicas e procedimentos expressas pelos métodos e pelas ferramentas utilizadas para que as ações profissionais se concretizem, como as entrevistas, visitas domiciliares e etc. (Paula, 2023)

Os instrumentos ampliam a capacidade do/da assistente social de intervir na realidade, quando utilizados durante o exercício profissional. O/a assistente social ao traçar um objetivo e as técnicas para atingi-lo, faz uso do seu acúmulo de conhecimento para eleger um instrumento, assim como a melhor forma de utilizá-lo. É neste momento que o profissional elenca a técnica que melhor se encaixa ao contexto, transformando este instrumento em um meio para o alcance de seus objetivos.

O instrumental e as técnicas utilizadas para a efetivação das ações profissionais não são por sua vez imutáveis, são passíveis de mudanças e de reinvenções, por isto se faz indispensável que os profissionais detenham certo conhecimento sobre os diversos instrumentos e técnicas disponíveis e que possuam capacidade de adaptá-los sempre que necessário.

É a partir da instrumentalidade e da sua articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política que o assistente social é capaz de, em sua prática profissional, colocar em questionamento a demanda institucional permeada pela racionalidade formal-abstrata. O profissional recorre e apela à teoria e à cultura profissional acumulada para explicar os processos sociais concretos que surgem em seu cotidiano profissional, utilizando aqueles conhecimentos já produzidos e acumulados para explicar esses processos sociais que são, ao mesmo tempo, mediados por outros fenômenos mais amplos e complexos. (Andrade; Gianna, 2024 p. 11)

Destaca-se a importância de refletir sobre como todo o processo de manejo e o resultado final destes instrumentos, técnicas e procedimentos são influenciados também pelo espaço sócio-ocupacional em que os profissionais estão inseridos, assim como pela intencionalidade dos próprios profissionais. A instrumentalidade no Serviço Social trata-se de um processo complexo e dinâmico que envolve a articulação entre instrumentos e técnicas, os sujeitos envolvidos e o contexto social em que se encontram.

As autoras Vale e Duda (2021, p. 284) destacam sobre a complexidade do

exercício profissional em sua relação de articulação com as dimensões que o compõem

Por isso que é tão enfatizada a necessidade da articulação dessas três dimensões, para possibilitar ao profissional o entendimento necessário de que a sua prática não se resume a ações instrumentais que a tornam apenas mais uma reprodutora do que dita o sistema, mas sim que é composta por variadas mediações, que, em conjunto, irão dar suporte ao assistente social para superar o pragmatismo do cotidiano e proporcionar uma intervenção em totalidade.

O Serviço Social confere materialidade a sua capacidade instrumental quando o/a assistente social faz uso do arsenal de instrumentos e técnicas dispostos para alcançar seus objetivos, entende-se nesse processo que o profissional utiliza dessa capacidade teleológica de transformar suas intenções em práticas, como uma mediação. Os meios para que se alcance os fins do Serviço Social, é identificado durante o uso das dimensões do exercício profissional, manejando determinado instrumento, como uma ponte em direção ao objetivo.

Almejando-se atender às necessidades sociais, as técnicas são aprimoradas através do uso dos instrumentos; elas os qualificam a partir de um composto de procedimentos que permitem uma mediação embasada por objetivos previamente determinados. A consubstancialidade dos instrumentos e das técnicas confere o soerguimento de instrumentais. Os instrumentais apresentam finalidades específicas, das quais emanam demandas para a produção e reprodução sociais. Na medida em que essas demandas são materializadas em respostas, concretizando-se os objetivos previamente definidos, a instrumentalidade é conferida ao trabalho social. (Costa; Silva; Silva, 2021 p. 343)

Para alcançarmos os objetivos do presente texto, cabe aqui uma breve apresentação dos instrumentos e técnicas mais comumente utilizados e conhecidos, para que posteriormente possamos aprofundar esta discussão em torno do exercício profissional do/da assistente social na instituição de acolhimento denominada como Casa Abrigo de mulheres em situação de violência localizada no município de Foz do Iguaçu.

Como salientado, uma devida compreensão das técnicas é essencial para garantir uma escolha adequada dos instrumentos durante o exercício profissional. Entretanto, uma escolha apropriada só acontece se trabalharmos nossa capacidade de planejamento, que de acordo com nossa lei de regulamentação da profissão, é uma competência e uma atribuição privativa do/da assistente social.

A etapa do planejamento divide-se em três diferentes níveis, como clarifica Horts (apud Vasconcelos, 2023, p. 118), o primeiro nível diz respeito ao planejamento global como um documento que orienta o trabalho dos assistentes sociais, trazendo o exemplo do Projeto Ético-Político, que é um norteador que objetiva garantir a qualidade dos serviços assim como promover a justiça social e a defesa dos direitos humanos.

Já o segundo nível trata-se do planejamento em uma determinada instituição ou

programa, servindo como um importante guia para o trabalho individual do/da assistente social ou de sua equipe e define com clareza as responsabilidades do Serviço Social dentro dos espaços em que estão inseridos. E por fim um terceiro nível, o do planejamento individual que detalha as ações cotidianas, organizando a rotina e definindo estratégias para cada atividade, como grupos, atendimentos e projetos. Esse último nível permite a escolha de métodos e técnicas mais adequadas para cada demanda.

O que precisamos reconhecer é a importância de planejar como estratégia para qualificar o nosso trabalho. Afinal, a realização do planejamento e da elaboração de projetos de trabalho profissional, bem como de projetos de intervenção, diz respeito ao esforço: a) de qualificar o exercício profissional (o planejamento exige preparação para as ações, o que nos enriquece subjetivamente); b) de avançar com ações que materializam o PEP; c) de enfrentar os imediatismos, conservadorismos próprios das dinâmicas do cotidiano e que não permitem que elaboramos teoricamente as demandas que chegam (Horst, 2023 p. 119)

Há um leque de possibilidades quando pensamos nos instrumentais técnicos-operativos e como dito anteriormente são mutáveis e passíveis de reinvenções, significando que a depender da instituição e ou do profissional que esteja manuseando um mesmo instrumento pode ter funções e objetivos variados. Para fins de compreensão, vamos expor alguns dos mais comuns utilizados pelos assistentes sociais.

Existe inúmeros instrumentos em formato de documentações, como por exemplo, os chamados relatórios sociais que são registros com a finalidade de descrever dados e informações coletadas sobre determinado caso ou sujeito, sua construção revela a visão do profissional que o elabora, a maneira com que os dados são organizados, a linguagem e as ênfases dadas revelam a interpretação do/da assistente social sobre determinada realidade social. O relatório social transcende a mera descrição de fatos, constituindo-se em uma construção interpretativa do/da assistente social.

Cabe aqui a seguinte reflexão, se a assistente social enquanto profissional qualificada a partir da produção teórico-metodológica é capaz de produzir material técnico composto por informações que ultrapassem a simplicidade da descrição de fatos que um relatório social requer, deveríamos então repensar os termos utilizados. Conforme elucidado, é garantido ao profissional a transformação de seus instrumentais, de forma que, no que diz respeito a nomenclatura deste documento, melhor seria então, renomearmos de relatório técnico-profissional.

Toniolo (2023), explica sobre a existência de dois tipos de relatórios sociais, aquele produzido para compartilhar informações a outras categorias profissionais e/ou instituições, considerados relatórios sociais externos e os que são elaborados próprios para uso do/da assistente social, considerados relatórios internos. A legislação do Serviço

Social (CFESS, 2006, 2009a) confere aos documentos produzidos, como os relatórios, o status de "material técnico-sigiloso", sendo seu acesso restrito a assistentes sociais e garantindo o sigilo diante das informações compartilhadas e assim como as que não são.

Algumas informações são necessárias divulgar, e outras não. O critério de escolha é do profissional. Contudo, isso não significa que tais informações não sejam relevantes para serem registradas. Elas são fundamentais para que assistentes sociais das equipes de Serviço Social da instituição possam ter um material que possibilite outras intervenções a serem realizadas pela profissão. E mais: são fontes de registro das histórias de vida dos usuários, coletadas por um assistente social. (Toniolo, 2023 p. 162)

Outro documento semelhante são os Pareceres Sociais, responsáveis por expressar a opinião e a avaliação profissional do/da assistente social a partir de fundamentação teórica e a partir de uma perspectiva política. A construção dos pareceres exige do profissional uma postura crítica, reflexiva e ética. Trata-se de um instrumento fundamental para a atuação do profissional assistente social em contextos como o do judiciário e a gestão de políticas públicas.

A qualificação profissional está respaldada pela Lei de Regulamentação Profissional (Brasil, 1993), essa atribuição legal reconhece a qualificação do profissional para analisar situações sociais, emitir pareceres fundamentados e contribuir para a tomada de decisões em diversas áreas.

Desse modo, pareceres em matéria de Serviço Social, ou simplesmente pareceres sociais, expressam a análise, a interpretação, a avaliação da situação estudada tendo em vista o conjunto de desigualdades, resistências e lutas que existem nos processos sociais típicos da sociedade capitalista no cenário contemporâneo. Isso demonstra que assistentes sociais são qualificados para emitir uma opinião fundamentada, bem como para realizarem intervenções diversas, a partir do seu processo de formação e dos conteúdos que se apropria teoricamente. O seu oposto também vale: assistentes sociais não têm qualificação ou competência para emitir opiniões sobre o qual não possuem conhecimento ou formação regulamentada. (Toniolo, 2023 p. 164)

Segundo Toniolo (2023), parecer social trata-se de um documento técnico permeado de subjetividade e historicidade, de forma que não deve ser analisado como um diagnóstico definitivo das situações analisadas. A pluralidade de visões de mundo e dos posicionamentos políticos dentro da categoria profissional garante que uma única situação gera diferentes tipos de interpretações, assim como a realidade social é dinâmica e o parecer deve refletir isso.

Os estudos sociais, assim como o laudo social, a perícia e os pareceres sociais são documentos normalmente requisitados durante a atuação do/da assistente social nos campos do sócio-jurídico. O/a assistente social deve deter conhecimento específico sobre o serviço social e a realidade social. Tal conhecimento é fundamental para contribuir para

a aplicação da lei através de estudos sociais registrados em relatórios ou laudos

Quando o assistente social é solicitado a oferecer um laudo, um parecer social, cabe a ele, portanto, definir os meios necessários para construí-los: em que nível e a quais conhecimentos precisa ter acesso, se necessita de entrevistas, com quem e quantas, se deve realizar visitas domiciliares e/ou institucionais, se precisa estabelecer contatos variados — com familiares, rede socioassistencial, outros —, se deve consultar material documental e bibliográfico e quais etc. (CFESS, 2014 p. 53)

O laudo social é um documento detalhado, como um diagnóstico social que investiga aspectos sociais, econômicos e psicológicos de uma situação. Ele é usado quando se precisa de uma análise completa para decisões importantes, como em processos judiciais ou políticas públicas. Já o parecer social é mais direto e conciso. Ele expressa a opinião técnica do/da assistente social sobre um caso específico, sem a necessidade de um diagnóstico tão aprofundado. É como um posicionamento profissional rápido e objetivo, útil em situações que exigem uma resposta ágil (Franco, 2023)

O estudo ou a perícia social como um instrumento metodológico é essencial para o Serviço Social, possibilitando a investigação e análise aprofundada de situações sociais específicas, com ênfase em seus condicionantes socioeconômicos e culturais. No contexto do sistema judiciário, o estudo social revela-se como ferramenta indispensável ao assistente social, instrumentalizando-o para a compreensão da realidade social dos indivíduos envolvidos em processos judiciais (Franco, 2023).

No âmbito do sistema judiciário, a perícia é um processo de avaliação técnica normalmente requisitado quando se faz necessário um parecer técnico do/da assistente social com objetivo de auxiliar o juiz na tomada de decisão. Quando a perícia é requisitada por um profissional do Serviço Social ela se denomina como perícia social. “Assim, a perícia é o estudo social, realizado com base nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos próprios do Serviço Social, e com finalidades relacionadas a avaliações e julgamentos.” (CFESS, 2014 p. 55)

A realização da perícia social se concretiza por meio do estudo social, um instrumento metodológico próprio do Serviço Social que permite a análise aprofundada de uma determinada situação. Para a construção da perícia social, o profissional lança mão de instrumentos e técnicas inerentes ao exercício da profissão, como entrevistas, contatos, visitas, pesquisa documental e bibliográfica, dentre outros que se identifique necessidade para a análise e interpretação da situação requisitada. (Toniolo, 2023)

A confecção de instrumentos com finalidade de documentar dados e informações pertinentes coletados durante o contato entre profissional e usuário possui

particularidades próprias de acordo com o espaço sócio-ocupacional ao qual o/a assistente social está inserido. Entende-se que é possível utilizar um instrumento base e modificá-lo para que supra as necessidades instrumentais.

A exemplo, é comum encontrar prontuários compostos por fichas de cadastro, relatórios de acompanhamento para registro de atendimento assim como, modelos base para facilitar a confecção dos devidos encaminhamentos para outros serviços e instituições. São alguns dos documentos que possuem um formato padrão mas que são modificados para garantir que o foco do serviço proposto pela instituição não seja desviado e sejam alvo de investigação informações indispensáveis para o alcance dos objetivos institucionais (Franco, 2023).

Outra prática alocada na dimensão técnica-operativa frequentemente utilizada pelos profissionais são as entrevistas sociais, utilizada desde a gênese do Serviço Social e inicialmente atrelada a uma conduta conservadora que sofreu alterações no decorrer das décadas junto à categoria profissional (Franco, 2023).

Este instrumental ultrapassa a produção de documentos e se concretiza na prática, tanto individual quanto coletiva, entre o profissional e o usuário. A entrevista, assim como outras práticas, não é de uso específico do/da assistente social, outros profissionais como médicos, enfermeiros, psicólogos, advogados, entre outros, fazem uso dela para suprir diferentes necessidades, no entanto o que importa destacar é que no que diz respeito ao Serviço Social, há particularidades que o diferenciam das demais (Alves, 2014).

A entrevista para o/a assistente social perpassa a mera coleta de dados, tem como finalidade a construção de relações, a identificação de necessidades e elaboração de intervenções, para o Serviço Social trata-se de um instrumento complexo e multifacetado. Pode-se identificar como algo de uso cotidiano na rotina de muitos assistentes sociais, e como os demais a entrevista é composta por algumas etapas, como o planejamento, a execução e o registro (Franco, 2023).

Para que o objetivo da entrevista seja alcançado, o profissional faz uso de técnicas de acolhimento, unidos à metodologia da escuta qualificada. Ao realizar o contato com o sujeito, o profissional recebe as informações sobre a realidade em que o usuário está inserido, trazendo consigo uma série de contextos e particularidades as quais necessitam de um cuidado por parte do profissional ao acolher e identificar quais as demandas de intervenção que se encontram em cada situação (Fávero, 2023).

A escuta qualificada deve se fazer presente em todos os espaços onde o/a

assistente social está em contato direto com o usuário, um instrumento fundamental para o trabalho do/da assistente social, que busca, através dela, construir um conhecimento profundo da realidade do usuário, considerando os aspectos socioculturais, econômicos, de gênero, raça, psicológicos, emocionais e territoriais, ou seja, todos os elementos que compõem a sua vida.

A escuta é qualificada porque as/os técnicas/os de referência da assistência social devem exercitar ao longo de sua atuação a habilidade de ouvir com atenção e respeito e de compreender de maneira ampliada as demandas, as necessidades e as potencialidades das/dos usuárias/os e famílias atendidas/os, demonstrando para com eles compromisso e responsabilidade diante da situação vivenciada (MDS, 2019 p. 11).

A tomada de decisão sobre realizar a entrevista deve ser feita através de um planejamento com base nas demandas da situação e nos objetivos da intervenção, isso pois a quantidade e o tipo de entrevistas podem variar de acordo com a complexidade da situação. Esta é uma ferramenta essencial para o/a assistente social, já que permite ao profissional identificar a realidade concreta do sujeito e estabelecer vínculos com os usuários do serviço, além de garantir uma intervenção direcionada e qualificada (Franco, 2023).

Franco (2023, p. 183), esclarece que “As entrevistas comumente utilizadas pela e pelo assistente social podem ser individuais e em grupo – de tipos livres[abertas] e semidirigidas [semiestruturadas], que favorecem a maior participação das usuárias e dos usuários.”. Além dessas características, as entrevistas podem ser realizadas em ambiente institucional ou até em domicílio, no entanto Franco (2023) reforça que preferencialmente as primeiras entrevistas sejam agendadas e realizadas nas instituições, e que o local esteja de acordo com o código de ética do/da assistente social, sendo um espaço seguro e sigiloso.

Diferente das entrevistas, temos as reuniões como instrumentos estratégicos de organização e mobilização das equipes de trabalho, enquanto método utilizado para complementação das entrevistas, permitindo uma análise mais aprofundada diante as demandas e a construção de ações coletivas de intervenção. Este é um método utilizado normalmente para a troca de saberes interprofissionais, podendo usar como exemplo os estudos de caso que são uma ferramenta comum para a troca de conhecimentos entre profissionais de diferentes áreas, como assistentes sociais e outros atuantes em um mesmo caso ou demanda (Vasconcelos, 2023).

No enfrentamento do sofrimento social, na reunião ou na entrevista, o papel da e do assistente social não é o de “facilitador” (como está na moda afirmar), nem de um pesquisador que levanta dados, mas daquela e daquele profissional/intelectual

que, sustentado em uma formação ética-teórica permanente, se põe, diante das trabalhadoras e dos trabalhadores, como aquela ou aquele que tanto fomenta a análise crítica daquilo que é relevante nas suas manifestações, como opera o acesso às políticas, orienta, apoia e encaminha com segurança (Vasconcelos, 2023 p. 250).

Como enfatizado anteriormente, alguns dos instrumentos possibilitam que a prática da assistente social seja realizada também em grupos, reforçando que cada realidade e cada demanda requer um tipo de abordagem, mas que cada uma delas pode ser criada e aperfeiçoada de acordo com suas particularidades. É esta reflexão que fortalece a necessidade de se formar profissionais capacitados, que possuam domínio sobre as dimensões que contemplam o exercício profissional (Vasconcelos, 2023).

O trabalho em grupo é considerado como uma importante ferramenta no trabalho de assistentes sociais, seu uso provém principalmente da identificação de demandas coletivas dentro dos espaços sócio-ocupacionais. Entretanto, sem uma fundamentação teórica-metodológica por detrás do seu planejamento, o trabalho em grupo se transforma em um mero agrupamento de pessoas sem um objetivo específico (Vasconcelos, 2023).

[...] o grupo é compreendido tal como uma ferramenta profissional de caráter educativo que envolve um coletivo de pessoas. Os objetivos do trabalho com grupo no Serviço Social contemporâneo costumam estar relacionados com a identificação de demandas coletivas, elencar ações prioritárias, a coleta de dados empíricos, a socialização de informações, além de propiciar um espaço de reflexão crítica sobre o cotidiano e formas de enfrentamento das situações apresentadas (Moreira, 2023 p. 199).

A princípio essa prática emergiu no Serviço Social a partir de uma perspectiva estrutural-funcionalista na qual o papel do/da assistente social seria o de corrigir disfunções nestes grupos, auxiliar os indivíduos a se recompor como membros ativos da sociedade e atender às suas necessidades básicas, visando a ordem social (Moreira, 2023).

Em conformidade com as práticas de renovação acarretadas pelo movimento de reconceituação, as mudanças foram direcionadas também aos instrumentos e técnicas utilizadas pela categoria profissional de assistentes sociais, de forma que o trabalho em grupo também sofreu alterações e adequações.

Moreira (2023) nos auxilia na reflexão diante o dito comprometimento com o projeto ético-político que vem sendo propagado após o rompimento com o conservadorismo na profissão, um compromisso que apresenta uma falsa impressão de homogeneidade na profissão, quando na realidade temos atualmente uma grande diversidade de práticas e concepções.

Mesmo que os profissionais se comprometam com nosso projeto ético-político, há

uma diversidade de abordagens inserida em cada instituição ou projeto, acarretando em diferentes planejamentos e maneiras de aplicação das técnicas durante a prática dos nossos instrumentais.

No desenrolar do trabalho em grupo, ao articular questões individuais e coletivas, o trabalho educativo em Serviço Social possibilita aos participantes desenvolverem uma visão crítica da realidade, compreendendo as raízes sociais dos problemas que enfrentam. Dessa forma, é possível ir além da simples transmissão de informações, estimulando a reflexão e a busca por transformações sociais.

Nesse sentido, no trabalho educativo com grupos – quando de estreita relação com uma prática emancipadora – a socialização do conhecimento é o combustível da reflexão crítica para dar novos sentidos à vida cotidiana. Mais do que informar sobre direitos, benefícios e suas regras de acesso e de permanência, assistentes sociais têm condições de articular questões do dia a dia levantadas pelo grupo com aquelas mais gerais, que são determinadas e determinantes do cotidiano. E, como elemento de conectividade, inserir as informações sobre direitos sociais agora já carregadas de mediações até então inexploradas pelo grupo (Moreira, 2023 p. 203).

O trabalho em grupo em Serviço Social, ao valorizar o conhecimento popular e estimular a reflexão crítica, contribui para a construção de um conhecimento mais completo e transformador. Ao conectar o individual ao coletivo, essa prática empodera os participantes e os incentiva a agir por mudanças sociais (Moreira, 2023).

Outra prática fortemente vinculada ao exercício profissional do/da assistente social é a visita domiciliar, mas que todavia não é de uso exclusivo da categoria, embora tenha sido utilizada desde a emergência do Serviço Social. O objetivo por trás da visita domiciliar é buscar uma compreensão sobre o cotidiano das famílias, iniciando uma aproximação com o contexto de vida dos usuários e permitindo que o/a assistente social identifique suas necessidades e dificuldades.

A partir de uma perspectiva crítico-dialética o profissional é capaz de analisar as demandas manifestadas pelos usuários, compreendendo-as em sua relação com a totalidade dos processos sociais. Dessa forma, é possível identificar as causas mais profundas das problemáticas apresentadas e propor intervenções mais eficazes (Ramos, 2023).

Neste horizonte, podemos definir a visita domiciliar como um instrumento de trabalho que visa ao conhecimento aprofundado do modo e da condição de vida da população usuária, realizado diretamente no espaço de residência e/ou vivência dos sujeitos, propiciando uma aproximação com o seu cotidiano e com a realidade sócio-territorial vivenciada pelos mesmos. Este instrumento é balizado por uma dimensão investigativa que possibilita apreender os processos sociais singulares em conexão com a dinâmica societária, juntamente com uma postura ético-política comprometida com o atendimento das necessidades sociais e com o respeito da liberdade e da autonomia. Além disso, a visita domiciliar – como um

instrumento interventivo – é desenvolvida em articulação com técnicas como a de observação, acolhimento, questionamento e reflexão, visando uma abordagem que tem como centralidade o diálogo e o estabelecimento de vínculo entre o profissional e a população usuária, o que será tratado posteriormente (Closs; Scherer, 2017 p. 45).

Assim como alguns outros instrumentos utilizados durante o exercício profissional, a visita domiciliar também é composta pelos três processos, sendo eles o de planejamento, a execução e seu devido registro. Deve-se analisar a real necessidade de realizar uma visita domiciliar, questionando se esta seria a melhor ferramenta para o alcance dos objetivos traçados. Isso pois não deve ser realizado de forma mecânica ou padronizada, é preciso garantir que a visita contribua para a melhoria da qualidade de vida do usuário e não se transforme em um instrumento de controle e vigilância (Closs; Scherer, 2023).

Closs e Scherer (2023), trazem alguns pontos fundamentais pertencentes ao contexto que envolve a realização da visita domiciliar, como a coleta de dados prévios sobre os sujeitos envolvidos, a delimitação dos objetivos envolvidos, a execução da visita a partir de abordagens acolhedoras e humanizadas seguido da coleta de dados durante a prática e por fim a apreensão da realidade territorial na qual está inserido aquele usuário.

Assim, considerando que o percurso da visita domiciliar é orientado por uma atitude investigativa que visa apreender o real em sua concretude, torna-se relevante considerar o método de exposição em Marx como um pressuposto orientador do registro e sistematização das ações profissionais (Closs; Scherer, 2023 p. 52).

O instrumental técnico-operativo vai além das técnicas, eles envolvem conhecimento, sua funcionalidade deve estar alinhado a um projeto social que busque a transformação da realidade e a promoção da justiça social, é por isso que podemos conceber-los para além de ferramentas, mas sim elementos que se articulam com o conhecimento teórico e o projeto ético-político da profissão.

Demarca-se que a visita domiciliar compõe o instrumental técnico-operativo profissional desde a gênese do Serviço Social à atualidade. Isso não significa a existência de um padrão a-histórico interventivo do Serviço Social, mas sim uma complexa (re) significação processual de instrumentos e técnicas, a partir de orientações ético-políticas e pressupostos teórico-metodológicos, frente às requisições dirigidas à profissão no processo de formulação de respostas às expressões da questão social (Closs; Scherer, 2023 p. 61).

A escolha dos instrumentos e a forma com que eles são utilizados definem o papel do/da assistente social na sociedade. É por isto que torna-se importante que esses profissionais estejam cientes do peso de suas ações e como elas carregam valores e intencionalidades, para que sejam conscientes diante da possibilidade de reproduzir desigualdades sociais.

Como já explicitado anteriormente, a prática profissional não é neutra, e os instrumentos utilizados refletem as intenções e os valores dos assistentes sociais. A escolha e o uso dos instrumentos e técnicas fazem parte de um processo histórico e socialmente construído, sendo assim os assistentes sociais devem compreender seu papel político e utilizar os instrumentos de forma estratégica em direção a promoção dos direitos e a transformação da sociedade.

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E O INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO NO COTIDIANO DA CASA ABRIGO: REFLEXÕES

Os registros históricos revelam a violência contra a mulher é um fenômeno histórico e culturalmente enraizado, presente desde os primórdios da humanidade. Ao longo dos séculos, essa violência foi naturalizada e perpetuada por estruturas sociais e ideológicas que reforçaram a dominação masculina e a submissão feminina. Na Idade Média, por exemplo, a opressão machista se consolidou com a propriedade privada e a exploração do trabalho, definindo a mulher como um ser inferior. Essa visão foi reforçada pela sociedade capitalista, que estabeleceu hierarquias de poder e reproduziu ideologias de dominação (Silva, Lima, 2020).

Os primeiros textos a defenderem a igualdade de direitos entre homens e mulheres foram a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* de Olympe de Gouges (1791) e *Uma Defesa dos Direitos da Mulher* de Mary Wollstonecraft (1792). Apesar de importantes, esses textos não geraram mudanças práticas imediatas. Apenas na década de 1940, a Organização das Nações Unidas (ONU) começou a propor documentos para combater a opressão feminina, buscando influenciar políticas internacionais e legislações (De Tilio, 2012).

No ano de 1995 a ONU realizou uma conferência mundial marcada pela criação da Plataforma de Ação de Beijing. A Plataforma de Ação reconheceu a violência contra as mulheres como um dos maiores obstáculos à igualdade de gênero, destacando a suas diferentes formas, seja física, psicológica, econômica ou sexual como acontecimento que aflige mulheres em todas as fases da vida.

O posicionamento adotado era o de que o enfrentamento contra a violência deveria ser um dos principais compromissos dos Estados nacionais e da sociedade civil, e que existia uma série de ações já conhecidas de prevenção e repressão altamente eficazes nesse sentido. [...]

Dado o contexto delineado acerca da situação das mulheres no início dos anos 1990, foram formulados objetivos estratégicos para enfrentamento das diversas violências citadas. Tais objetivos foram esmiuçados por meio da sugestão pontual de ações a serem adotadas pelo governo e pela sociedade civil (Engel, 2020 p. 160).

No Brasil, temos fontes de dados diversas para mensurar a incidência da violência contra a mulher, cada pesquisa possui sua metodologia e seus objetivos, no entanto, de acordo com a pesquisa realizada pelo Plano Nacional de Saúde (PNS), no ano de 2013, 4.486.988 mulheres com idade superior a 18 anos sofreram algum tipo de agressão. Este alto número de violência praticada contra um grupo específico de pessoas, promove o

medo e insegurança constantes. A violência contra mulher em suas diversas manifestações, configura-se como um fenômeno que impacta a vida das mulheres de forma direta e indiretamente.

Os dados sobre violência também instrumentalizam a implementação de políticas públicas de controle e redução. Conforme pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) por meio do Atlas da Violência realizado em 2024, uma média de 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil entre 2012 e 2022, destacando a análise de homicídios por localidades, “12 UFs registraram aumento nos homicídios de mulheres em 2022 em comparação com o ano anterior, sendo que as variações mais expressivas foram observadas nos estados de Roraima (52,9%), Mato Grosso (31,9%) e Paraná (20,6%)” (IPEA, 2024, p. 36).

Em um país extenso como o Brasil, é essencial entender as particularidades da violência em cada região para criar políticas públicas eficazes, com foco especial na violência contra a mulher. No entanto, para que não se percam os objetivos do presente trabalho, vamos nos atentar a estes números gerais que impulsionam o Estado a implementar políticas voltadas ao enfrentamento deste fenômeno que assola a população feminina.

Em 1985 e 1986, o Brasil deu passos importantes no combate à violência contra a mulher com a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e da primeira Casa Abrigo. Essas iniciativas, fruto da luta feminista, marcaram o início das ações estatais para proteger os direitos das mulheres.

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) em 2003, as ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres passam a ter um maior investimento e a política é ampliada no sentido de promover a criação de novos serviços (como o Centro de Referência, as Defensorias da Mulher) e de propor a construção de Redes de Atendimento para a assistência às mulheres em situação de violência. No entanto, é em 2004, com a realização da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I CNPM) e a construção coletiva do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que se consolida do eixo de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com a previsão de ações na área para o período 2004-2007. Assim, a partir do PNPM as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres não mais se restringem às áreas de segurança e assistência social, mas buscam envolver diferentes setores do Estado. No sentido de garantir os direitos das mulheres a uma vida sem violência (Brasil, 2011 p. 6).

Diante da gravidade da violência doméstica, o Brasil promulgou a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que foi criada como resposta à violência doméstica sofrida por Maria da Penha Maia Fernandes. Após duas tentativas de feminicídio e a impunidade do agressor, Maria buscou apoio internacional, levando o Estado brasileiro a ser responsabilizado por negligência. O caso impulsionou a criação da lei, que visa combater

a violência doméstica e familiar contra a mulher.

A lei criou os Juizados Especializados de Violência Doméstica, tipificou os tipos de violência (física, sexual, patrimonial, psicológica e moral), aumentou a pena para agressores e estabeleceu o encaminhamento de vítimas e seus dependentes a programas de proteção e assistência social.

Um marco importante quando se fala da consolidação da rede de atendimento às mulheres no Brasil foi a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), em 2003, pois a partir dela houve uma maior garantia dos recursos para criar serviços e implementar políticas voltadas ao enfrentamento da violência. Em 2009, é lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, firmando a necessidade de haver uma rede articulada que suprisse as necessidades das mulheres em situação de violência (Hickmann, 2022 p.78).

Os dados evidenciados ganham relevância de forma a apresentar o contexto em que se insere o trabalho do/da assistente social em serviços que atendem a mulher vítima de violência. Atualmente no Brasil, encontra-se o que chamamos de rede de atendimento. A organização em rede, fortalecida nos anos 90, representa uma forma de articulação e cooperação entre diversas instituições e organizações. Essa estrutura visa potencializar a capacidade de resposta a problemas e desafios, promovendo ações conjuntas e integradas.

Trabalhar em rede no combate à violência e na proteção da mulher, também é reconhecer a importância da multidisciplinaridade. O fenômeno da violência contra as mulheres está relacionado aos direitos humanos e a saúde pública, afetando diversas áreas da vida das mulheres, portanto, seu enfrentamento pressupõe uma ação articulada e interdisciplinar (Hickmann, 2022 p. 75).

De acordo com o site do Governo do Estado do Paraná, atualmente a rede de proteção do estado consiste nas seguintes entidades: CRAMs (Centro de Referência e Atendimento à Mulher); CREAS (Centros de Referência Especializado de Assistência Social); DEAMs (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher); Delegacias Convencionais; NUDEM (Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Paraná); NUMAPEs (Núcleos Maria da Penha das Universidades Estaduais); Casas da Mulher Brasileira; Procuradorias da Mulher (Câmaras Municipais); Patrulhas Maria da Penha - Guarda Municipal; Patrulhas Maria da Penha - Polícia Militar; Vara Especializada de Violência Doméstica; Varas Judiciais.

A construção de redes de atendimento às mulheres se desenvolveu por todo o país e em cada município as instituições que a compõem possuem particularidades próprias de acordo com a necessidade de cada região, no entanto os objetivos e finalidades se mantêm os mesmos.

A instituição Casa Abrigo de Mulheres em situação de violência e risco de morte é

uma das instituições que integra a rede de atendimento à mulher na cidade de Foz do Iguaçu. Trata-se de um serviço de acolhimento institucional destinado a mulheres acima de 18 anos que passaram por situações de violência e estão em risco de morte.

Gerenciada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu, a instituição possui funcionamento integral e está articulada com instituições como o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), a Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu, a Patrulha Maria da Penha, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar, além de outras instituições que não são específicas para o atendimento, mas formam uma rede não-especializada de apoio e encaminhamento (Foz do Iguaçu, 2020).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Casa Abrigo⁶, a instituição surge no ano de 2004 denominada como Casa Família Esperança e Vida, gerenciada pela instituição Casa Família Maria Porta do Céu (uma Organização da Sociedade Civil (OSC)), os financiamentos tinham repasses provenientes da Itaipu Binacional e da Prefeitura Municipal até o ano de 2008, quando passa a ser integralmente financiada pela prefeitura. O município somente se apropriou da administração do serviço no ano de 2013, quando a Secretaria Municipal de Assistência Social assumiu a gerência e a instituição foi renomeada como Casa Abrigo (Foz do Iguaçu, 2020).

A equipe técnica da Casa Abrigo para Mulheres em situação de violência deveria ser composta por uma profissional coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, cuidadores sociais e educadoras sociais, no entanto, atualmente essa composição sofre pela falta da profissional de psicologia acarretando em uma lacuna no que diz respeito ao atendimento psicossocial proposto. Esse trabalho desenvolvido dentro da Casa Abrigo em prol do resgate da autonomia e autoestima dessas mulheres faz parte também do conjunto de competências da profissional assistente social neste espaço sócio-ocupacional (Alves, 2023^b p.6).

Há algumas particularidades exigidas para o devido funcionamento da Casa Abrigo, uma delas é a de que o quadro de funcionários não seja constituído por figuras masculinas, uma vez que, as usuárias na maioria das vezes são vítimas de violências orquestradas pelo gênero masculino, o que explica este texto se referir no feminino quando formos tratar da figura da assistente social.

Retomando a discussão sobre instrumentalidade exposta no capítulo anterior, identificamos que o Serviço Social articula as dimensões que compõem seu exercício profissional, buscando materializar suas intencionalidades em respostas profissionais.

⁶ O Projeto Político Pedagógico da Casa Abrigo para Mulheres é um documento que orienta o trabalho da instituição, que oferece acolhimento institucional temporário para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em risco de morte, com ou sem seus filhos. O objetivo principal do projeto é garantir os direitos dessas mulheres, seguindo as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Tornando assim possível a intervenção da realidade social em que estão inseridas essas mulheres em situação de violência e risco de morte.

A forma com que isso se concretiza no cotidiano do espaço institucional descrito se dá por meio de determinados instrumentos e técnicas criados, ou aprimorados a partir das necessidades específicas da instituição Casa Abrigo.

De modo geral, vamos revisitar os instrumentos e técnicas mais comuns ao exercício profissional da assistente social da instituição buscando refletir sobre o impacto e a funcionalidade que esse instrumental têm dentro de seus objetivos.

Há um fluxo de atendimento desenvolvido em articulação com a rede que prevê o acesso das mulheres ao serviço por meio de encaminhamento, garantindo o sigilo necessário para o funcionamento ideal da instituição. Os devidos encaminhamentos devem ser feitos especificamente pelas delegacias, pelo CRAM ou pela Patrulha Maria da Penha. Importante destacar que, o Boletim de Ocorrência não é uma obrigatoriedade para garantir o acesso, mas que após o acolhimento a equipe reforça a importância da sua efetivação (Foz do Iguaçu, 2020).

Elucidamos em relação ao uso do planejamento como a prévia para quaisquer ações realizadas durante as atividades laborais da assistente social e sobre a sua indispensabilidade, justamente por possibilitar a organização e a clareza na definição de seus objetivos.

É possível identificar o planejamento conectado a cada uma das práticas desenvolvidas na instituição, e cabe aqui salientar que o planejamento pode ser manuseado tanto como um instrumento quanto como técnica. Quando pensamos em seu uso enquanto técnica, trata-se da habilidade da assistente social de organização em nível individual e coletivo, na organização e estruturação de ações que garantem o alcance de determinados objetivos.

Já quando o colocamos em ação como instrumento, o planejamento pode se materializar em documentos, como planos de ação, projetos sociais ou planos de intervenção, esses são documentos que servem como guias para a execução das atividades auxiliando no acompanhamento e avaliação dos resultados. O planejamento torna-se um instrumento para a organização e gestão das ações.

Conforme previsto pela instituição, a primeira etapa do acolhimento trata-se do atendimento entre a assistente social e a abrigada (essa é a forma como costuma-se chamar as usuárias do serviço ofertado pela instituição). Durante este primeiro atendimento entra em ação o instrumental denominado como entrevista, articulado a

técnica de escuta qualificada, a profissional faz o acolhimento e realiza a escuta na busca pela criação de vínculos com a abrigada.

Ao estabelecer um vínculo de confiança e acolhimento, a assistente social facilita o diálogo com a usuária, permitindo a exposição de informações relevantes sobre sua situação. Essa relação de confiança contribui para uma melhor interpretação da realidade social da mulher por parte da profissional. Havendo também uma preocupação em relação à conduta durante a entrevista que diz respeito ao cuidado para não esbarrar na prática de revitimização.

O conceito de revitimização tem sido aplicado para descrever a situação enfrentada por mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, quando seu sofrimento é prolongado pelo atendimento inadequado nos serviços onde tenham buscado atendimento. A revitimização expressa-se como o atendimento negligente, o descrédito na palavra da vítima, o descaso com seu sofrimento físico e/ou mental, o desrespeito à sua privacidade, o constrangimento e a responsabilização da vítima pela violência sofrida. A Criminologia também trata de formas de revitimização considerando, além da vitimização primária (o crime ou violação de direito sofrida), a vitimização secundária, como resultado da intervenção das chamadas instâncias de controle social – polícia e judiciário – especialmente durante os procedimentos de registro e investigação policial e do processo criminal; e a vitimização terciária, quando a vítima é discriminada e/ou culpabilizada por aqueles indivíduos e/ou grupos que deveriam constituir sua rede apoio – familiares, amigos, entre outros (ONU MULHERES et al., 2016 p. 60).

Tentar não promover uma revitimização é um desafio recorrente para a assistente social, isso pois ao realizarem as denúncias e serem encaminhadas para a instituição, é comum que os equipamentos repassem apenas o mínimo de informações a respeito da sua trajetória de violência. Tal conduta acaba obrigando a profissional planejar um atendimento mais complexo, buscando identificar os pontos sensíveis e passíveis de intervenção, sem promover uma revitimização secundária das vítimas.

Apoiadas nas considerações sobre a dinâmica da entrevista de modo geral, na Casa Abrigo elas ocorrem preferencialmente de forma individual, buscando garantir o sigilo das informações prestadas para a servidora, assim como o acolhimento e respeito diante das vivências explicitadas.

Atualmente a instituição não encontra-se alocada em local apropriado para que seja garantido o completo sigilo, e muitas das vezes há interferência durante os diálogos. Falas e ruídos que se espalham em alto som, são decorrentes de uma estrutura planejada para servir como residência e que de forma equivocada tornou-se o local escolhido como estrutura para o serviço de acolhimento.

A aplicação do planejamento associado a entrevista e a escuta qualificada poderia ser compreendida como suficiente e adequada no que diz respeito ao alcance dos objetivos se não fossem os desafios que esbarram o exercício profissional, como a

precariedade estrutural e a falta de comprometimento da rede ao articular os dados prévios sobre a necessidade de abrigo.

Ainda neste primeiro ato, identifica-se o uso de relatórios para registrar os dados e a sequência de fatos que a mulher tenha narrado durante a entrevista. Fica a critério da profissional o melhor momento para que se realize essa documentação, podendo ser desenvolvida enquanto a profissional exerce a escuta ou se achar melhor, após o encerramento do atendimento.

Para o registro desses dados e das sequência de fatos, a Casa Abrigo faz uso de três instrumentos, o primeiro nomeado como Registro de Acompanhamento, trata-se de um documento descritivo sobre todas as informações essenciais dos atendimentos, como o contexto geral da violência; o caminho percorrido da agressão até sua chegada ali e quais foram os primeiros objetivos traçados junto a abrigada para a superação dos problemas identificados, este documento tem a proposta de ser atualizado a cada atendimento ou a cada evolução do planejamento traçado, e é separado por datas que iniciam desde o primeiro atendimento até o último.

O segundo, trata-se do que atualmente denomina-se como Ficha de Abrigamento⁷, nele consta todos os dados da usuária e de seus filhos, assim como os dados elencados como necessários sobre o autor da violência. A ficha funciona como um cadastro da usuária, é nele onde encontram-se os dados gerais (nome, RG, CPF, número de telefone, composição familiar, instituições da rede às quais já teve acesso, etc.). Uma de suas principais funcionalidades é a tabulação de dados, e é a partir deste documento que a instituição retira as informações para responder à Secretaria Municipal de Assistência Social sobre a atuação da instituição.

O terceiro é o Relatório Diário, documento de uso comum da equipe que conta com o registro diário de todas as ações realizadas pelas profissionais, contando com o relato de tudo que elas acharem importante descrever para que seja documentado e tenha fácil acesso. Este já não é um instrumento de uso exclusivo da assistente social e não deve conter informações tão específicas sobre as abrigadas, sendo utilizado mais para organização interna da própria equipe.

Tratando-se de instrumentos descritivos que servem como base para a tomada de decisões e para o acompanhamento dos casos, a partir dos instrumentos apresentados

⁷ O instrumental denominado como Ficha de Abrigamento, passou por uma atualização, conforme presente em anexo A evidenciando como era o documento originalmente e o Anexo B mostrando como foi identificado a necessidade de desmembrá-lo em três outros instrumentos. A atualização foi efetuada a partir do Projeto de Intervenção já mencionado neste texto.

anteriormente, podemos elencá-los como um tipo de relatório, cada um dos três instrumentos possuem a finalidade de coleta e descrição de dados e fatores e foram formulados para atingir diferentes objetivos.

Com exceção do relatório diário que por ser do uso comum da equipe e ter seu objetivo principal ligado a passagem de plantões e descrição do dia a dia, os demais são para o uso exclusivo da assistente social, organizados de forma coerente e mais formal, visando registrar apenas o essencial para o planejamento das ações profissionais.

É preciso que descrições ultrapassem a mera exposição dos fenômenos e busque as determinações sociais de suas expressões, somente assim é possível uma prática interventiva que supere o senso comum e articule as três dimensões da instrumentalidade. Não podemos negar a importância do registro e da documentação como parte do processo, significando o resultado das escolhas do estudo social. Daí a competência técnica ser fruto de todo um conjunto de escolhas num contexto de determinações sociais e institucionais. (Aguiar; Pinto, 2021 p. 327)

A ficha de abrigo ainda perpassa a função dos demais por ser um elemento “coringa” na confecção de quaisquer outros tipos de documentos, é a partir de seu preenchimento que se possibilita o acesso fácil ao panorama geral de vida dessas mulheres, seja para a confecção de estudos e tabulações de dados relacionados ao perfil das mulheres que acessam o serviço ou para apoio na confecção de relatórios, pareceres, laudos e perícias sociais.

Chegam à instituição, uma quantidade significativa de mulheres que carregam consigo demandas judiciais, dessa forma o exercício profissional esbarra constantemente na produção de relatórios e pareceres sociais com a finalidade de expor a opinião técnica da profissional em relação a determinadas vivências. Vale ressaltar que, se tratando de instituição voltada ao atendimento da mulher em situação de violência, é imprescindível que a atuação profissional busque a superação das expressões da questão social relacionadas a violência contra a mulher, tendo sempre como prioridade e ponto de partida a defesa e a garantia de seus direitos.

Esses relatórios são em sua maioria qualificados para o cotidiano da assistente social atualmente, antes de serem atualizados a partir do Projeto de Intervenção proposto durante as atividades de estágio, eles não eram preenchidos e não serviam como base para as produções documentais da profissional. Após serem reformulados, passaram a ser preenchidos e utilizados com maior frequência.

Entretanto não o suficiente para que se considerem satisfatórios, como por exemplo, a alta demanda imposta por casos de alta complexidade traz falhas no que diz

respeito ao preenchimento⁸ da ficha de abrigamento, transformando a coleta de dados por vezes inacabadas e impactando negativamente a intervenção profissional.

O planejamento da atuação profissional vai depender das particularidades que cada abrigada carrega consigo, no que diz respeito a atuação dentro da Casa Abrigo, as práticas mais comuns possuem relação com estudos de caso, reuniões de equipe para alinhamento e a produção de relatórios, pareceres e perícias sociais quando requisitados pelos órgãos do judiciário e/ou previdência social.

As requisições jurídicas que chegam até a assistente social comumente tratam-se de analisar o contexto de vida e as responsabilidades que as mulheres possuem para com seus filhos. Majoritariamente as instâncias jurídicas exigem que a assistente social elabore um relatório elencando quais são as condições objetivas que as mulheres possuem para garantir os direitos de seus filhos após o desacolhimento.

Há uma problemática envolvendo esse contexto que diz respeito ao não comprometimento do Estado na garantia dessas condições objetivas, desencadeando outras expressões da questão social, que é a destituição familiar dessas crianças baseada muitas vezes na falta de suporte às mães solo no que diz respeito à educação, transporte, alimentação e saúde dessas crianças, e que tende a ser mais crítico quando há 3 ou mais crianças na composição familiar. Entretanto, não cabe aqui fazer um aprofundamento sobre este tema.

É comum observar a participação da profissional em estudos de caso, na busca pela articulação e compartilhamento de conhecimento com os demais componentes da rede. A Casa Abrigo busca propor e/ou comparecer em estudos de caso sempre que há previsões de abrigamento e desabrigamento das acolhidas. Comumente são desenvolvidos entre todas as instituições pela qual a abrigada e/ou seus filhos tenham tido algum acesso durante o contexto de violência vivenciado, garantindo o compartilhamento de diferentes interpretações e visando uma análise das possíveis intervenções elencadas.

Realizadas as primeiras atividades descritas após o acolhimento, inicia-se a etapa de orientações e encaminhamentos. Para isto, a assistente social possui seu próprio modelo de encaminhamento, respeitando o sigilo e o compromisso profissional com a abrigada, estes encaminhamentos estão relacionados à busca por residência fixa, auxílio financeiro, acesso às demais instituições componentes da rede de assistência social do município e/ou acesso ao sistema de saúde pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou

⁸ Conforme elucidou-se na Anexo B deste documento.

Unidades de Pronto Atendimento (UPA's).

A técnica de orientação e encaminhamento garante às abrigadas informações sobre seus direitos e o acesso aos serviços que garantem os recursos adequados para a sua garantia. Essa prática costuma ser bastante utilizada, compreendida como uma técnica bastante satisfatória para o desenvolvimento das intervenções profissionais. Ao orientá-las, a assistente social garante a retomada de autonomia dessas mulheres, um dos passos em direção a sua libertação, o mesmo ocorre ao proporcionar os encaminhamentos.

Outra demanda diz respeito à saúde mental destas mulheres e de seus filhos, o que indica um ponto crítico nesta instituição específica por se tratar de um apoio que está previsto na composição da equipe segundo descrito em seu Projeto Político Pedagógico. A instituição como já explicitado, deveria suprir o atendimento psicossocial desses usuários com uma profissional psicóloga, dando apoio e reforçando a prática dos demais profissionais, todavia não é a realidade que se apresenta na instituição.

Observa-se que em alguns momentos houve necessidade de atualização desses instrumentais, para que assim como reforça Guerra (2014), não se promova uma prática repetitiva, fadada ao “tecnicismo”

A repetibilidade das ações, sancionadas pela experiência e ancorada na teoria, permite a instituição de modelos de atuação profissional. O que aí aparece, e se coloca tanto como um entrave à intervenção quanto como uma derivação e exigência de uma determinada concepção acerca da relação teoria/prática, é a aplicação indiscriminada de modelos na análise e diagnóstico da realidade; a utilização de técnicas e instrumentos retirados de manuais; o estabelecimento de princípios, normas e regulamentos das ações e aceitação acrítica dos já instituídos, prevalecendo uma relação de exterioridade entre sujeito e objeto e de neutralidade entre os sujeitos envolvidos nesse processo (Guerra, 2014 p. 233).

O ponto chave da reflexão que busco incitar, diz respeito ao que ocorre no cotidiano da vida profissional, entre a realidade e os desafios dispostos nas engrenagens do sistema capitalista vigente. A instrumentalidade, no serviço social, não se limita a aplicação de técnica. Ela se manifesta na capacidade de analisar criticamente a realidade social, identificando os fatores econômicos, políticos e sociais determinantes e que geram as demandas desses usuários.

Conforme já evidenciado, o papel do/da assistente social, portanto, é o de atuar como um agente de transformação social, buscando o fortalecimento da capacidade dos indivíduos e grupos para enfrentar as dificuldades e lutar por seus direitos. Em contrapartida, a intervenção estatal em implementar benefícios e serviços sociais, busca equilibrar a reprodução e expansão do capitalismo com a garantia da condição mínima

necessária à sobrevivência da população trabalhadora.

A lógica da ação profissional do Serviço Social esbarra com a realidade social quando, ao propor a promoção dos direitos sociais e a transformação da sociedade por meio do combate às expressões da questão social, os agentes profissionais também são afetados por toda a lógica capitalista de exploração e precarização do trabalho.

O Serviço Social, nas diversas expressões da desigualdade com que trabalha, depara-se com a consciência que as pessoas têm dessa desigualdade e, ao mesmo tempo, de seus direitos nessa sociedade desigual. As lutas pelos direitos, pelo poder do bloco dominado, é um processo de hegemonia e de contra-hegemonia na perspectiva gramsciana. A construção de um projeto de sociedade é um processo multidimensional que envolve relações políticas e organizativas e a relação de identificação entre intelectual, profissional, em geral com maior poder de conhecimento e mesmo de salário, com o público demandante pobre, excluído (Faleiros, 2014 p. 713).

O que não quer dizer que o Serviço Social seja falho ou ilusório, até porque as políticas e os direitos defendidos e garantidos pelos profissionais, mesmo que limitados, mobilizam a sociedade pelo reconhecimento e pela busca da cidadania, buscando amenizar as expressões da questão social ao impulsionar a luta pela igualdade e pela justiça. Desta forma, percebe-se a necessidade de uma devida qualificação profissional, capaz de garantir uma efetiva articulação entre nossas dimensões, capaz de superar os desafios encontrados no cotidiano da atuação profissional.

A prática profissional é um enfrentamento enquanto relação complexa e contraditória de poder, recursos, valores, linguagem, dispositivos, estratégias, operações, visões de mundo, situações sociais de desigualdade, sofrimento, exclusão. Enfrentamento relacional de determinações econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras, com dinâmica histórica e política da contestação e da expressão de si e da própria sociedade (Faleiros, 2014 p. 717).

A prática profissional se dá em um contexto de pressão por produtividade e escassez de recursos, exigindo do/da assistente social a conciliação entre demandas institucionais e as necessidades da população. As relações de poder e dominação se refletem no exercício profissional. O/a assistente social, portanto, deve resistir e atuar como um agente de transformação, buscando fortalecer os indivíduos e grupos, buscando questionar as desigualdades e lutar por seus direitos.

De maneira geral, ao analisar esse cotidiano e dar luz ao exercício profissional da assistente social na Casa Abrigo de Mulheres, nos possibilita identificar que, por mais que tenhamos profissionais dispostos a propor intervenções bem fundamentadas e pautadas por uma visão crítica da realidade, há fatores externos que interferem de forma significativa suas práticas. Ao dar materialidade aos objetivos por meio das dimensões técnico-operativas, buscando a promoção da autonomia e emancipação das mulheres

violentadas e fragilizadas, a assistente social esbarra em fragilidades impostas por um contexto macroscópico de exploração e precarização do trabalho.

O Estado deve assegurar à população políticas sociais e ambientes adequados que visem a garantia de melhores condições de sobrevivência da sociedade, conforme regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), descrevendo tal responsabilidade.

Dito isso, o arcabouço instrumental apropriado pela assistente social é sim adequado ao trabalho que a instituição prevê em seus objetivos pelo Projeto Político Pedagógico, e poderiam ser satisfatórios se implementados em local e condições adequadas, assim como um quadro de funcionários completo seria capaz de facilitar as intervenções profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, identificou-se que o serviço social no Brasil passou por transformações significativas a partir dos anos 80, impulsionadas pela redemocratização e pelo movimento crítico contrário ao conservadorismo. A categoria profissional se uniu às demandas sociais, consolidou grande parte de suas bases teórica-metodológica e ético-política, assim como desenvolveu seu Projeto ético-político. No entanto, com a chegada do neoliberalismo e do ultraliberalismo, a profissão passou a lidar com novos obstáculos no caminho à garantia dos direitos sociais.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, representou um marco crucial na trajetória da profissão, exigindo uma postura combativa e crítica dos assistentes sociais. Em um contexto de intensas transformações sociais e políticas, marcado pela ditadura militar e pela crescente desigualdade, o movimento impulsionou a busca por uma nova identidade profissional, rompendo com o conservadorismo e a visão assistencialista predominante.

Unida a esse cenário, as desigualdades e a precarização do trabalho, o aumento das desigualdades e a fragilização das políticas sociais exigiram do Serviço Social um compromisso maior com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Nesse cenário, a instrumentalidade da profissão, compreendida como a capacidade de utilizar instrumentos e técnicas de intervenção na realidade social, articulada às políticas sociais, permite ao assistente social atuar de forma qualificada e estratégica, buscando a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Nesta pesquisa, exploramos o exercício profissional do/da assistente social na Casa Abrigo de Mulheres em Foz do Iguaçu, com ênfase nos instrumentos e técnicas utilizados. A pesquisa revelou que o planejamento, tanto como técnica quanto como instrumento, desempenha um papel crucial na organização e clareza das ações. A entrevista, combinada com a escuta qualificada, facilita o acolhimento e a construção de um vínculo com as mulheres abrigadas, contribuindo para a compreensão de suas realidades.

A instituição emprega diversos instrumentos de registro, como relatórios de acompanhamento, fichas de abrigamento e relatórios diários, que servem como base para a tomada de decisões e o acompanhamento dos casos. A produção de relatórios e pareceres sociais, solicitados pelo judiciário, exige do/da assistente social a capacidade de análise crítica e a defesa dos direitos das mulheres.

A prática profissional na Casa Abrigo enfrenta desafios, como a precarização estrutural, a falta de articulação da rede e a alta demanda por casos complexos. A revitimização das vítimas é uma preocupação constante, exigindo cuidado e atenção durante as entrevistas. Apesar das limitações, os instrumentos utilizados são adequados aos objetivos da instituição, mas necessitam de condições e recursos apropriados para serem eficazes. O Estado, por meio da LOAS, tem a responsabilidade de garantir políticas sociais e condições de trabalho dignas. A instrumentalidade do Serviço Social, aliada à análise crítica da realidade social, é essencial para a promoção da transformação social e a defesa dos direitos das mulheres em situação de violência.

A reflexão da dimensão técnico-operativa, que engloba os instrumentos e técnicas utilizados, permite identificar como o/a assistente social atua para garantir os direitos das mulheres e promover sua autonomia. A reflexão sobre a instrumentalidade, por sua vez, possibilita compreender como a profissão se insere na divisão social do trabalho e como suas ações podem contribuir para a transformação da realidade social.

A justificativa social para essa discussão se baseia na qualificação da intervenção, na garantia de direitos, no enfrentamento das desigualdades, no fortalecimento da autonomia e na produção de conhecimento na área. Ao analisar criticamente as práticas profissionais, é possível identificar os pontos fortes e as fragilidades da intervenção, buscando aprimorar as técnicas e instrumentos utilizados. A instrumentalidade do Serviço Social é fundamental para a defesa e garantia dos direitos das mulheres em situação de violência, auxiliando-as a acessar os serviços e recursos de que necessitam.

A violência contra a mulher é uma expressão da questão social, que se manifesta de forma complexa e multifacetada. O trabalho da assistente social na Casa Abrigo se fundamenta em três dimensões cruciais: a teórico-metodológica, que exige uma análise crítica da situação individual da mulher, contextualizando-a na realidade social; a ético-política, que busca promover a autonomia das mulheres, orientada por valores de justiça e equidade; e a técnico-operativa, que se concentra na escolha e uso eficaz de instrumentos e técnicas para auxiliar as mulheres a superarem a violência e reconstruírem suas vidas.

A análise da instrumentalidade do Serviço Social permite compreender como a profissão pode contribuir para o enfrentamento dessa problemática, desta forma, a presente pesquisa contribui para a produção de conhecimento na área, possibilitando a reflexão sobre as práticas profissionais e a formulação de novas estratégias de

intervenção. Espera-se que este estudo possa contribuir para o fortalecimento do Serviço Social como profissão essencial para a promoção da justiça social e a defesa dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Irene Jucá Paiva; PINTO, Régia Maria Prado. Instrumentos técnicos e seus rebatimentos para a população usuária das políticas públicas: relatório, parecer e perícia social. In: **ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (Org.).** *Instrumentos e técnicas do serviço social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2021. p. 315-336. Disponível em: <https://www.uece.br/eduecewp/wp-content/uploads/sites/88/2021/10/instrumentos-e-tecnicas-do-servico-social-desafios-cotidianos-para-uma-instrumentalidade-mediada.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2025.

ALVES^b, Larissa Fernanda Bach. A dimensão técnico-operativa em debate: uma intervenção no instrumental do assistente social. Foz do Iguaçu, 2023.

ALVES^a, Larissa Fernanda Bach. Caracterização Institucional do graduando em Serviço Social. Foz do Iguaçu, 2023.

ALVES^c, Larissa Fernanda Bach. Implementação do projeto de intervenção: A dimensão técnico-operativa em debate: uma intervenção no instrumental do assistente social. Foz do Iguaçu, 2023.

ALVES FAERMANN, Lindamar. A processualidade da entrevista no Serviço Social. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 13, n. 2, p. 315-324, jul./dez. 2014.

ANDRADE, Mariana Alves de; GIANNA, Sergio Daniel. A instrumentalidade na formação e na prática do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 147, n. 1, e-6628417, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sss>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. Cooperação econômica versus competitividade social. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v. 11, p. 11, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/pttqNnXkjinBzSbM7jrjDv6b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Regulamenta a profissão de assistente social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *O Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Revisada em outubro de 2021. Elaboração: Daniella Cristiana Jinkings Sant'Ana, Mirian da Silva Queiroz. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/10/Cartilha_SUAS_4.pdf. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2011.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016. *Temporalis*, Brasília, ano 22, n. 43, p. 17-33, jan./jun. 2022. DOI 10.22422/temporalis.2022v22n43p17-33.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. História do serviço social na América Latina. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 176 p.

CFESS. Resolução CFESS nº 493/06. Brasília, DF: CFESS, 2006.

CFESS. Resolução CFESS nº 556/09. Brasília, DF: CFESS, 2009.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: debates atuais no judiciário, no penitenciário e na previdência social.* 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CLOSS, Thaisa Teixeira; SCHERER, Giovane Antônio. Visita domiciliar no trabalho do assistente social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 41-60, ago./dez. 2017.

DE TILIO, Rafael. Marcos legais internacionais e nacionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres: Um percurso histórico. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 1, p. 68–93, 2012. DOI: 10.11606/issn.2237-1095.v2p68-93. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97851..> Acesso em: 7 mar. 2025.

ENGEL, Cíntia Liara. A violência contra a mulher. In: **FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina (Org.).** *Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo.* Brasília: Ipea, 2020. p. 159-216.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014.

FOZ DO IGUAÇU, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. *Projeto Político Pedagógico do Serviço de Acolhimento Institucional Para Mulheres em Situação de Violência.* Foz do Iguaçu, 2020.

FRANCKLIN, Eugene. Como elaborar o plano de acompanhamento familiar no SUAS? *GESUAS.* Atualizado em: 29 mar. 2022. Disponível em:

<https://blog.gesuas.com.br/como-elaborar-o-plano-de-acompanhamento-familiar-no-suas/>. Acesso em: 7 abr. 2024.

FRANCO, Abigail Aparecida de Paiva. A entrevista no trabalho de assistentes sociais. In: **CRESS MG (Org.).** *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS MG, 2023. p. 179-197.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. **Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres.** Disponível em: <https://www.semipi.pr.gov.br/Pagina/Comite-Interinstitucional-de-Enfrentamento-Violencias-contra-Mulheres>. Acesso em: 07 de mar. de 2025

GUERRA, Yolanda. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GUERRA, Yolanda; SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila (Org.). *A dimensão técnico-operativa no serviço social: os desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. 184 p.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: **CRESS MG (Org.).** *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS MG, 2023. p. 43-57.

HORST, Claudio. O planejamento e a elaboração do projeto de trabalho no exercício profissional de assistentes sociais. In: **CRESS MG (Org.).** *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS MG, 2023. p. 113-139.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 2.

MDS. *Parâmetros de atuação do sistema único de assistência social (SUAS) no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência*. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Parametros_Consulta_Publica.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

MOREIRA, Carlos Felipe N. O grupo no trabalho de assistentes sociais e sua dimensão educativa. In: **CRESS MG (Org.).** *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS MG, 2023. p. 197-214.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. ONU MULHERES et al. Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios). **Distrito Federal: Brasília, 2016.** Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2025.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica.* São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/?lang=pt>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. In: **CRESS MG (Org.).** *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais.* Belo Horizonte: CRESS MG, 2023. p. 79-97.

RAMOS, Adriana. A visita domiciliar no trabalho de assistentes sociais. In: **CRESS MG (Org.).** *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais.* Belo Horizonte: CRESS MG, 2023. p. 215-227.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.* Brasília: SPM, 2011.

SEABRA EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto. A dimensão ético-política no trabalho de assistentes sociais. In: **CRESS MG (Org.).** *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais.* Belo Horizonte: CRESS MG, 2023. p. 59-77.

SILVA, Camila Cristina de Almeida; LIMA, Luciana Aparecida. Violência doméstica: fenômeno sociocultural e histórico. Empoderamento e práticas psicológicas. *Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAEF*, v. 34, n. 2, nov. 2020. Disponível em: <https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/YcSGVI9yltaP0xy_2021-3-17-8-22-24.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. *UNIDADE 2 – A pesquisa científica.* In: GERHARDT, Tatiana Engel (org.); SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). *Métodos*

de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS).

TONIOLO, Charles. Reflexões sobre a construção técnica de relatórios e pareceres por assistentes sociais. In: **CRESS MG (Org.)**. *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS MG, 2023. p. 159-177.

TONIOLO, Charles. Visita amigável entre os pobres: um manual para trabalhadores da caridade, de Mary Ellen Richmond. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 583-588, set./dez. 2019. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vydPHgZDszJX5XqzdrSHprx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Temporalis*, Brasília, n. 4, ano II, p. 1-15, jul./dez. 2001.

VASCONCELOS, Ana Maria de. A reunião no trabalho de assistentes sociais. In: **CRESS MG (Org.)**. *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS MG, 2023. p. 245-263.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 1-27.

ANEXOS

ANEXO A - Ficha de abrigamento (modelo original)

As seguintes páginas representam o instrumental em seu estado original, utilizado pela equipe profissional da Casa Abrigo, o presente anexo tem o intuito de elucidar a dificuldade durante o momento de preenchimento do documento, identificado pela falta de objetividade e clareza do arquivo.

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU- PR SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMFI Casa Abrigo Para Mulheres em Situação de Violência e Risco R. Padre Bernardo Plata, 1250 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-719 - (45) 3521-9757</p>	
---	---	--

CASA ABRIGO PARA MULHERES

PASTA Nº

Órgão encaminhador/ Profissional:	Data de entrada	Horário	Data de saída	Situação de violência:	Responsável pelo acolhimento inicial:

NOME:		
NOME SOCIAL:		
RG/RNE:	CPF:	DN:
Estado civil:	Naturalidade:	Nacionalidade:
Cor:	Orientação sexual:	Identidade de gênero:
Endereço:		
Bairro:		Cidade:
Escolaridade:		Profissão:
Telefone:		Telefone Recado:
Filiação:		Observações:

1. COMPOSIÇÃO FAMILIAR (quem esta acolhida com a mulher na)

NOME:		
PARENTESCO:		
RG/RNE:	CPF:	DN:
Estado civil:	Naturalidade:	Nacionalidade:
Cor:	Orientação sexual:	Identidade de gênero:
NOME DO GENITOR:		



2. DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Certidão de nascimento | <input type="checkbox"/> Título de Eleitor |
| <input type="checkbox"/> Cédula de identidade | <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência |
| <input type="checkbox"/> CNH | <input type="checkbox"/> Medida Protetiva |
| <input type="checkbox"/> Carteira de Trabalho | <input type="checkbox"/> Encaminhamento para IML |
| <input type="checkbox"/> CPF | <input type="checkbox"/> Outros |

Diagnostico:

3. PERTENCES GUARDADOS PELO ABRIGO

- Celular Aparelho eletrônico Dinheiro / Valor: () Outros

Observações:

Entregue Produtos de higiene Pessoal () SIM () NÃO

Foi orientada no ato do atendimento quanto às regras e rotina da Casa? () Sim () Não

4. DADOS SOCIAIS E FAMILIARES

MORADIA

- Reside atualmente:
- sem residência fixa
- mora com parentes
- alugada
- morava no emprego
- casa própria
- casa financiada
- com amigos

 <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU-PR SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMFI Casa Abrigo Para Mulheres em Situação de Violência e Risco</p> <p>R. Padre Bernardo Plata, 1250 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-719 - (45) 3521-9757</p>	 <p>ASSISTÊNCIA SOCIAL PMFI</p>
--	--

- assentamento
- ocupação
- Valor do aluguel: Valor de financiamento:
- Possui algum bem? Não Outros:
- Tem uso de programa de habitação? Sim Não. Qual
- Tempo de residência no município:

Diagnostico:

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- **Recebe algum programa social?** Sim Não - Qual?
- Auxílio Brasil • Baixa renda de Água
- Bolsa Família • Guarda Subsidiada
- PMTR • Auxílio Reclusão
- Família Paranaense • BPC
- Baixa renda de luz • Outros

POR QUAIS EQUIPAMENTOS JÁ FOI OU É ACOMPANHADA?

Profissional de Referencia:

Diagnostico:

TRABALHO

LOCAL DE TRABALHO	TEMPO DE SERVIÇO	ATIVIDADE DESEMPENHADA	REFERENCIA E CONTATO

5. CONDIÇÕES DA SAÚDE DA MULHER:

- Faz uso de medicamentos? Sim Não Qual? Não lembra qual
- Tem alguma dependência? Sim Não Qual?

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU- PR SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMFI Casa Abrigo Para Mulheres em Situação de Violência e Risco R. Padre Bernardo Plate, 1250 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-719 - (45) 3521-9757</p>	
---	---	--

- Faz uso de tratamento de saúde sistemático? Sim Não
- Qual? Saúde mental Pré Natal Clínico Ginecológico
- Planejamento familiar Preventivo Saúde Bucal Nenhum
- Outros: obs.:

POR QUAIS EQUIPAMENTOS JÁ FOI OU É ACOMPANHADA?

Profissional de Referência:

Diagnóstico:
•

6. DEMANDAS SOCIOJURIDICAS

- pensão alimentícia
- divórcio
- Encaminhamento para Defensoria Pública
- Encaminhamento jurídico CRAM
- reconhecimento de paternidade

Diagnóstico:

7. SITUAÇÃO ESCOLAR DOS FILHOS

Nome	D. Nascimento	Colégio/telefone/referencia	Serie/período

Diagnóstico:



8. FAMÍLIA EXTENSA/ REDE SOCIAL DE APOIO (colocar o nome de todas as pessoas que a família tem vínculo, inclusive os filhos que não estão no acolhimento junto com a mulher)

Nome	DN	Par.	Profissão	Endereço

9. TELEFONES ÚTEIS

Nome	Contato

10. HISTÓRICO DE RELACIONAMENTO VÍTIMA / AGRESSOR: Pai

- Já foi atendida no CRAM anteriormente? Sim Não Quando
- Já foi abrigada na CAMVV anteriormente? Sim Não Quando
- Qual o tempo de convivência?
- Houve outros episódios de agressão?

	PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU - PR SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMFI Casa Abrigo Para Mulheres em Situação de Violência e Risco R. Padre Bernardo Plata, 1250 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-719 - (46) 3521-9757	
---	---	--

- Percebe que a agressão aumentou de intensidade e frequência ao longo do tempo?
- Casal tem filhos em comum? Sim Não
- Se sim quantos:
- Já teve outros relacionamentos? Sim Não ambos. Quem?
- Casal tem filhos de outros relacionamentos? Sim Não
- Se sim, quantos e de quem? Houve histórico de agressões nos outros relacionamentos?
- Sim Não
- Se sim como acontecia?

11. DADOS DO AUTOR DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Nome agressor:	Apelido
Data de nascimento agressor:	Fone:
Endereço:	Bairro:
Filiação:	
Endereço dos genitores:	
Descrição física do agressor:	
Locais mais freqüentados:	
Perfil das redes sociais:	

Local de trabalho	Tempo de serviço	Atividade desempenhada	Referência/Contato

Possui veículo automotivo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Marca:	Placa:	Modelo:	Ano:	Cor:

	PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU- PR SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMFI Casa Abrigo Para Mulheres em Situação de Violência e Risco	
	R. Padre Bernardo Plate, 1250 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-719 - (45) 3521-9757	

TERMO DE DESLIGAMENTO

Eu _____ estou me desligando da **Casa Abrigo para mulheres em situação de violência doméstica e risco de morte**, por vontade própria e interesses pessoais, comprometendo-me a não divulgar o endereço da Casa Abrigo, sabedora dos riscos que estaria submetendo as famílias que estão fazendo uso deste serviço, bem como devolvo a casa tudo o que é de uso comum.

Levo também meus pertences (**escrever os pertences que a usuária esta levando**) e documentos pessoais. Neste ato, assumo toda e qualquer responsabilidade pelo que possa vir a ocorrer a mim e informo o local para onde estou me dirigindo:

Endereço:		
Bairro:	Telefone:	Tel. Recado:
Cidade:	Estado:	
Nome: (para a casa de quem que a acolhida esta indo?).		Tel:

Acolhida

Responsável pelo desacolhimento



Foz do Iguaçu- PR, de de .

TERMO DE SAÍDA POR PERÍODO DETERMINADO

Eu _____
portadora do documento _____, por
motivo _____

sairei por período determinado da Casa Abrigo para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, comprometo-me a não divulgar o endereço da Casa Abrigo, sabedora dos riscos que estaria submetendo as famílias que estão fazendo uso deste serviço.

Levo também meus pertences e documentos pessoais. Neste ato, assumo toda e qualquer responsabilidade pelo que possa vir a ocorrer a mim, declaro pretensão de retornar até as ___h___ e, informo o local para onde estou me dirigindo:

Rua: _____ Bairro: _____

Telefone: _____ Telefone para recado: _____

Município: _____ UF _____

Caso decida não retornar a Casa Abrigo para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, comprometo-me a avisar a equipe de minha decisão no telefone 45 3901-3440.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU- PR SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMFI Casa Abrigo Para Mulheres em Situação de Violência e Risco R. Padre Bernardo Plate, 1250 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-719 - (45) 3521-9757</p>	
---	--	--

Usuária

Responsável pelo desacolhimento

DECLARAÇÃO

Declaro ter recebido da equipe responsável pelo desacolhimento a importância de R\$ _____ (_____), referente a valores de recursos pessoais guardados pela instituição durante o período de acolhimento.

Ciente:

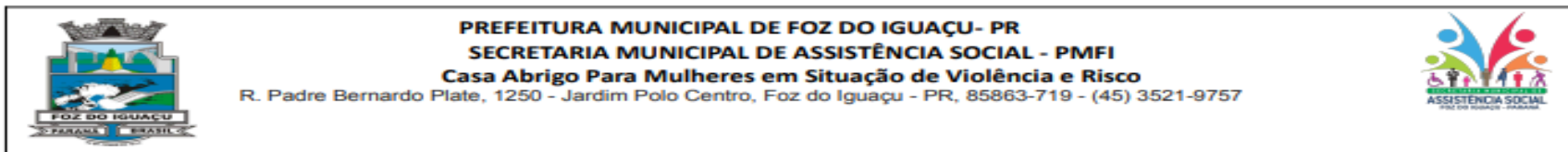
Usuária

Ciente:



Responsável pela entrega

ANEXO B - Ficha de Abrigamento (Modelo atualizado)

As imagens a seguir são a ilustração de como está organizado a ficha de cadastro atualmente, em suma a maior parte dos registros não catalogados dizem respeito aos dados sociais, de moradia, assistência social e saúde, encontra-se com maior frequência os dados de identificação completos. Apesar da atualização do documento em busca de objetividade e clareza, foi possível identificar que há uma problemática maior envolvendo esse desafio.



1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO						N° DA PASTA:
Nome de Registro:						
Nome Social:						
RG/RNE:		CPF:		Data de Nascimento:		
Estado Civil:		Naturalidade:		Nacionalidade:		
Raça:		Orientação Sexual:		Identidade de Gênero:		
Autodeclaração Étnico-racial: () Branca () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena						
Endereço:						
Escolaridade:			Profissão:			
Telefone:			Telefone para Recados:			
Órgão que encaminhou:	Data de entrada:	Horário:	Data da Saída:	Situação de Violência:	Responsável pelo acolhimento inicial:	

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU- PR SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMFI Casa Abrigo Para Mulheres em Situação de Violência e Risco R. Padre Bernardo Plate, 1250 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-719 - (45) 3521-9757</p>	
---	--	---

Observações:			
2. TRABALHO			
Local de Trabalho:		Regime de Trabalho:	
Atividade Desempenhada:		Contato:	
3. DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA			
<input type="checkbox"/> Certidão de Nascimento	<input type="checkbox"/> RG/RNE	<input type="checkbox"/> CNH	<input type="checkbox"/> CPF
<input type="checkbox"/> Carteira de Trabalho	<input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência	<input type="checkbox"/> Medida Protetiva	
Outros:			
4. PERTENCES RECEBIDOS			
<input type="checkbox"/> Celular		<input type="checkbox"/> Dinheiro/Valor R\$:	
<input type="checkbox"/> Outros:			
5. DADOS SOCIAIS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU- PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMFI
Casa Abrigo Para Mulheres em Situação de Violência e Risco
 R. Padre Bernardo Plate, 1250 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-719 - (45) 3521-9757





A - MORADIA				
<input type="checkbox"/> Sem residência fixa	<input type="checkbox"/> Alugada	<input type="checkbox"/> Casa Própria	<input type="checkbox"/> Casa Financiada	<input type="checkbox"/> Assentamento/Ocupação
Valor do Aluguel:			Valor do Financiamento:	
Possui algum imóvel:				
B - ASSISTÊNCIA SOCIAL				
<input type="checkbox"/> Bolsa Família	<input type="checkbox"/> Nossa Gente PR	<input type="checkbox"/> Guarda Subsidiada	<input type="checkbox"/> Auxílio Reclusão	
<input type="checkbox"/> Baixa Renda Água	<input type="checkbox"/> Baixa Renda Luz	<input type="checkbox"/> Auxílio Aluguel	<input type="checkbox"/> BPC	
Outros:				
C - SAÚDE				
Faz acompanhamento no sistema de saúde? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			Quais:	
Faz uso contínuo de medicamentos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			Quais:	
Tem algum tipo de dependência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			Quais:	
D - SÓCIO-JURÍDICO				



PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU- PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMFI
Casa Abrigo Para Mulheres em Situação de Violência e Risco
 R. Padre Bernardo Plate, 1250 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-719 - (45) 3521-9757



<input type="checkbox"/> Divórcio	<input type="checkbox"/> Pensão Alimentícia	<input type="checkbox"/> Encaminhamento DP	<input type="checkbox"/> Encaminhamento CRAM
Outros:			
6. HISTÓRICO DE ACOMPANHAMENTOS			
Por quais equipamentos já foi acompanhada?			
7. HISTÓRICO DE RELACIONAMENTO COM O AGRESSOR			
Nome do autor de violência:			
Tempo de Convivência:		Episódios de Agressão: <input type="checkbox"/> Raros <input type="checkbox"/> Contínuos	
Percebe que as agressões aumentam sua intensidade e frequência ao longo do tempo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Já esteve em outros relacionamentos abusivos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
8. REDE SOCIAL DE APOIO			
Nome:	Vínculo:	Telefone:	
Nome:	Vínculo:	Telefone:	
Nome:	Vínculo:	Telefone:	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU- PR SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMFI Casa Abrigo Para Mulheres em Situação de Violência e Risco R. Padre Bernardo Plate, 1250 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-719 - (45) 3521-9757	
---	---	---

Nome:		Vínculo:		Telefone:	
9. COMPOSIÇÃO FAMILIAR					
MEMBRO 1					
Nome:					
Nome do genitor:					
Vínculo:		Escolaridade:		Situação Escolar:	
RG/RNE:		CPF:		Data de Nascimento:	
Estado Civil:		Naturalidade:		Nacionalidade:	
Autodeclaração Étnico-racial: <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preto <input type="checkbox"/> Pardo <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Indígena					
DOCUMENTOS RECEBIDOS					
<input type="checkbox"/> Certidão de Nascimento		<input type="checkbox"/> RG/RNE		<input type="checkbox"/> CPF	
<input type="checkbox"/> Declaração Escolar					
Outros:					
MEMBRO 2					